



Demonstrações Contábeis Anuais Completas 2022

Enel Distribuição Ceará

Companhia Energética do Ceará

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

| | |
|--|-----|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes | 19 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balanços patrimoniais | 25 |
| Demonstrações do resultado | 27 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 28 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 29 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 30 |
| Demonstrações do valor adicionado | 31 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 32 |
| Declaração dos Diretores da Companhia | 110 |
| Manifestação do Conselho de Administração | 111 |
| Parecer do Conselho Fiscal | 112 |
| Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente | 113 |

Relatório da Administração - 2022

Enel Distribuição Ceará

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-ceara.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Enel Distribuição Ceará", ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2021, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

1 CONTEXTO SETORIAL

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e ficou assim até o final de 2022.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

| | 2021 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-----------------------|------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|--|-----|-----|-----|
| Bandeira Tarifária | | | | | | | | | | | | | |
| PLD gatilho - R\$/MWh | | 213,42 | 136,72 | 127,36 | 92,88 | 203,88 | 251,84 | 583,88 | 583,88 | Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica | | | |

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

| 2022 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-----------------------|---|-----|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Bandeira Tarifária | | | | | | | | | | | | |
| PLD gatilho - R\$/MWh | Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica | | | 55,70 | 55,70 | 55,70 | 55,70 | 97,48 | 56,78 | 55,70 | 55,70 | 55,70 |

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

Após a revisão tarifária extraordinária, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +21,09%.

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|--|------------|------------|-----------|
| Receita Bruta (R\$ mil) | 12.212.544 | 12.139.898 | 0,6% |
| Receita Líquida (R\$ mil) | 8.568.304 | 8.109.507 | 5,7% |
| EBITDA (1) (R\$ mil) | 1.604.491 | 1.235.493 | 29,9% |
| Margem EBITDA (%) | 18,73% | 15,24% | 3,49 p.p |
| Margem EBITDA ex-Receita de Construção | 24,27% | 17,77% | 6,50 p.p |
| EBIT (2) (R\$ mil) | 1.224.942 | 919.195 | 33,3% |
| Margem EBIT (%) | 14,30% | 11,33% | 2,97 p.p |
| Lucro Líquido (R\$ mil) | 640.570 | 488.587 | 31,1% |
| Margem Líquida | 7,48% | 6,02% | 1,46 p.p |
| Margem Líquida ex-Receita de Construção | 9,69% | 7,03% | 2,66 p.p |
| Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh) | 12.597 | 12.680 | -0,7% |
| CAPEX (R\$ mil) | 1.560.114 | 1.088.170 | 43,4% |
| DEC (12 meses)* | 10,08 | 12,02 | -16,1% |
| FEC (12 meses)* | 4,23 | 5,12 | -17,4% |
| Índice de Arrecadação (12 meses) | 97,53% | 98,75% | -1,22 p.p |
| Perdas de Energia (12 meses)* | 14,73% | 16,32% | -1,59 p.p |
| PMSO (3) / Consumidor | 117,67 | 257,67 | -54,3% |

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2022 com um incremento de 2,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados em 2021. O acréscimo observado no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial Baixa Renda.

Tal aumento é majoritariamente atribuído ao efeito da migração de clientes da classe Residencial Convencional pela implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Além deste efeito, o crescimento observado também reflete a inclusão de novos entrantes e a recuperação de clientes irregulares que passaram a ser inseridos no faturamento.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 18,8% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e retomada das atividades pós-período restritivo da pandemia.

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|---|------------------|------------------|--------------|
| Mercado Cativo | 4.210.937 | 4.104.441 | 2,6% |
| Residencial - Convencional | 2.362.563 | 2.583.721 | -8,6% |
| Residencial - Baixa Renda | 1.069.324 | 711.050 | 50,4% |
| Industrial | 5.823 | 5.963 | -2,3% |
| Comercial | 182.060 | 181.583 | 0,3% |
| Rural | 539.690 | 570.546 | -5,4% |
| Setor Público | 51.477 | 51.578 | -0,2% |
| Clientes Livres | 701 | 590 | 18,8% |
| Industrial | 209 | 182 | 14,8% |
| Comercial | 476 | 394 | 20,8% |
| Rural | 10 | 10 | - |
| Setor Público | 6 | 4 | 50,0% |
| Revenda | 2 | 2 | - |
| Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados | 4.211.640 | 4.105.033 | 2,6% |
| Consumo Próprio | 323 | 315 | 2,5% |
| Consumidores Ativos Não Faturados | 1.093 | 298.255 | -99,6% |
| Total - Número de Consumidores | 4.213.056 | 4.403.603 | -4,3% |

O mercado cativo totalizou 9.791GWh em 2022, redução de 2,7% do volume registrado em 2021 (10.066 GWh), reflexo dos efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

| | 2022 | 2021 | Var. % (2) |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Mercado Cativo | 9.791 | 10.066 | -2,7% |
| Clientes Livres | 2.759 | 2.589 | 6,6% |
| Revenda | 12 | 12 | - |
| Consumo Próprio | 35 | 13 | >100,0% |
| Total - Venda e Transporte de Energia | 12.597 | 12.680 | -0,7% |

(1) Variação entre 4T22 e 3T22; (2) Variação entre 2022 e 2021

A classe Residencial Baixa Renda apresentou em 2022 uma alta de 23,3%, no volume se comparado ao mesmo período de 2021, reflexo da migração entre classes abordada acima. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 9,8% frente ao ano anterior, decorrente das condições climáticas desfavoráveis ao longo do período e da migração para classe Baixa Renda.

A classe industrial apresentou reduções de 8,7% em 2022 frente ao mesmo período do ano anterior, explicado pela migração destes clientes para o mercado livre e parcialmente pela base comparativa de 2021 que foi bastante positiva.

Na classe comercial, o ano de 2022 apresentou uma redução de 2,1% comparado ao mesmo período em 2021, decorrente da migração destes clientes para o mercado livre e das condições climáticas desfavoráveis no período.

Já a classe Rural registrou em 2022 uma queda de volume de 7,5% frente o ano de 2021 decorrente dos efeitos da chuva, onde os agricultores acionaram menos os equipamentos de irrigação.

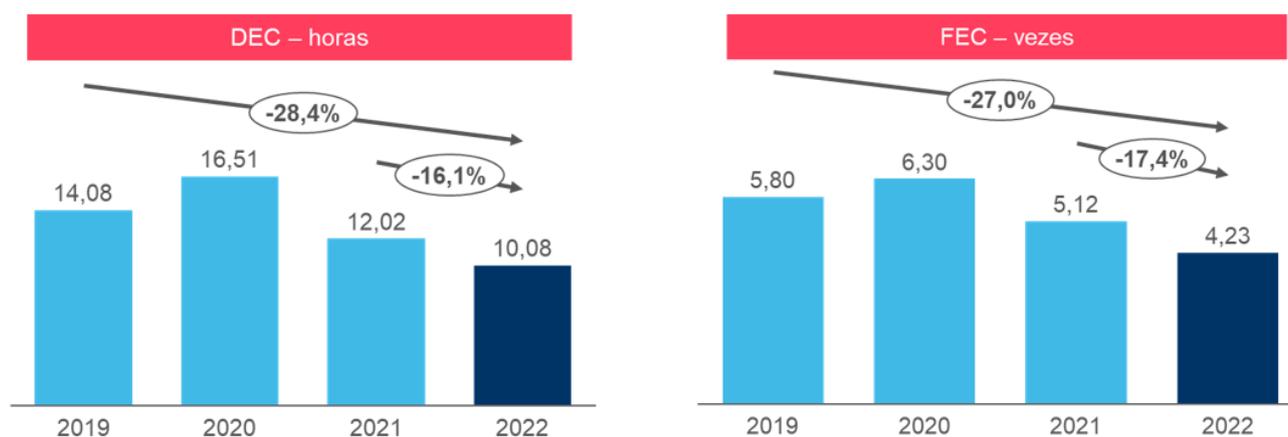
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|---|--------------|---------------|--------------|
| Residencial - Convencional | 3.769 | 4.180 | -9,8% |
| Residencial - Baixa Renda | 1.237 | 1.003 | 23,3% |
| Industrial | 515 | 564 | -8,7% |
| Comercial | 1.509 | 1.542 | -2,1% |
| Rural | 1.181 | 1.277 | -7,5% |
| Setor Público | 1.580 | 1.500 | 5,3% |
| Total - Venda de Energia no Mercado Cativo | 9.791 | 10.066 | -2,7% |

Indicadores de Eficiência e Qualidade

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 16,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior e de 28,4% ao período pré-pandemia, ficando muito próximo ao limite regulatório de 9,84. O FEC de 2022 apresentou uma redução de 17,4% em relação à 2021 e queda de 27,0% se comparado ao período pré-pandemia.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite.

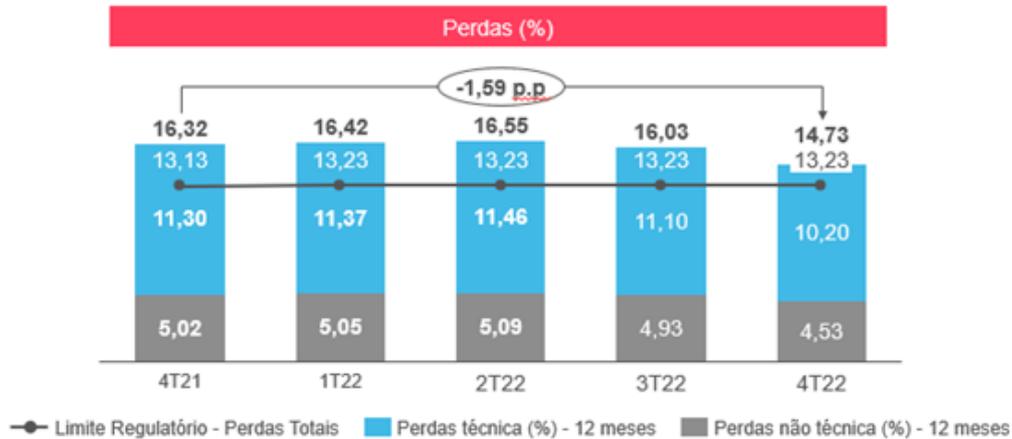


As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) atingiu 14,73% no final de 2022, uma melhora de 1,59 p.p. em relação às perdas registradas no final de 2021

Contribuíram para esta queda a entrada em operação de duas novas subestações de Alta Tensão (Acará e Ibiapina), impactando em menores perdas técnicas, com uma redução de 27GWh nas perdas técnicas na Alta

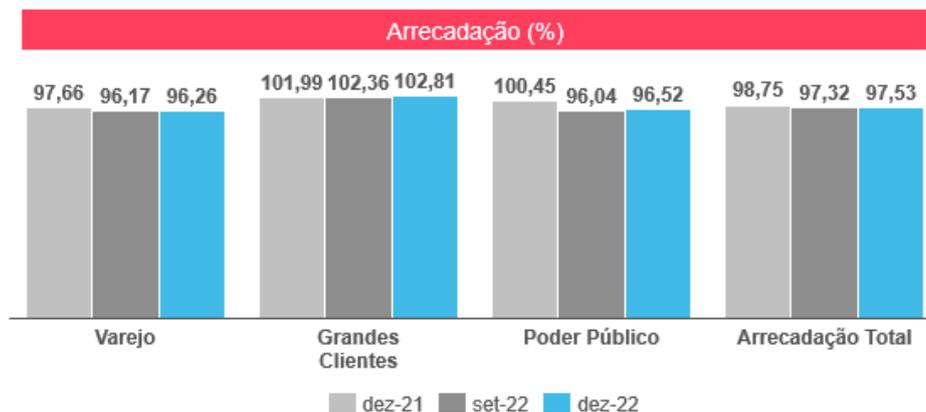
Tensão e; o menor volume de energia injetada no último trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes, na recuperação de clientes cortados/autoreligados, mapeamento de consumidores clandestinos.



Em relação ao indicador de arrecadação, a redução de 1,21 pontos percentuais no total arrecadado no final de 2022 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, reflete uma ligeira piora de arrecadação parcialmente explicado pela redução com a arrecadação do ICMS (Após a regulamentação da Lei Complementar nº 194, com uma redução de 18%).

A companhia tem realizado ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.



4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2022 a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação positiva de 5,7%, ou R\$ 458,8 milhões, em relação a 2021, totalizando R\$ 8.568,3 milhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no ano de 2022, alcançou o montante de R\$ 6.610,0 milhões, uma redução de R\$ 341,6 milhões em relação ao ano de 2021, cujo montante foi de R\$ 6.951,6 milhões. Esta redução é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 795,1 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 177,9 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Redução na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 137,2 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para abril de 2023; e
- Aumento de R\$ 208,1 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em encargos setoriais, em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020.

A redução na receita operacional no ano foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 176,1 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2021, como resultado principalmente do reajuste médio tarifário aplicado a partir de abril de 2022 (explicado acima) e impactado positivamente, sobretudo, pelas classes Industrial, Comercial e Poder Público;
- Aumento de R\$ 107,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente.
- Redução de R\$ 196,2 milhões no total de tributos no ano de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 149,6 milhões); e
- Redução de R\$ 398,6 milhões nos encargos setoriais relativos principalmente à Conta de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. Em 2021 prevaleceu as bandeiras amarela, vermelha e de escassez hídrica enquanto em 2022, houve a vigência da bandeira verde a partir do segundo trimestre;

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|---|--------------------|--------------------|---------------|
| Fornecimento de Energia Elétrica | 8.178.905 | 8.002.776 | 2,2% |
| (-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres | (41.337) | (27.881) | 48,3% |
| Subvenção baixa renda | 295.596 | 205.934 | 43,5% |
| Subvenção de recursos da CDE | 250.201 | 250.764 | -0,2% |
| Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo | 8.683.365 | 8.431.593 | 3,0% |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | 660.445 | 1.455.569 | -54,6% |
| Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda | 473.786 | 366.206 | 29,4% |
| Receita de construção | 1.958.301 | 1.157.874 | 69,1% |
| Venda de Energia Excedente - MVE | 70.591 | 248.579 | -71,6% |
| Marcação a mercado de ativo indenizável | 191.043 | 328.258 | -41,8% |
| Outras receitas | 175.013 | 151.819 | 15,3% |
| Total - Receita Operacional Bruta | 12.212.544 | 12.139.898 | 0,6% |
| ICMS | (1.872.677) | (2.022.316) | -7,4% |
| COFINS - corrente | (638.646) | (677.160) | -5,7% |
| PIS - corrente | (138.653) | (147.015) | -5,7% |
| ISS | (6.704) | (6.444) | 4,0% |
| Total - Tributos | (2.656.680) | (2.852.935) | -6,9% |
| Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE | (63.232) | (65.317) | -3,2% |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (565.767) | (357.695) | 58,2% |
| Encargos do consumidor - CCRBT | (348.231) | (746.808) | -53,4% |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | (10.330) | (7.636) | 35,3% |
| Total - Encargos Setoriais | (987.560) | (1.177.456) | -16,1% |
| Total - Deduções da Receita | (3.644.240) | (4.030.391) | -9,6% |
| Total - Receita Operacional Líquida | 8.568.304 | 8.109.507 | 5,7% |

Custos e Despesas Operacionais

Em 2022 os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 153,1 milhões, ou 2,1%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 5,4 bilhões, 10,7% ou R\$ 647,4 milhões inferior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 6,0 bilhões. Este resultado é justificado principalmente pelas seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis em R\$ 730,6 milhões no ano de 2022 (queda de R\$ 69,8 milhões excluindo o efeito do custo de construção), explicado principalmente pela: (i) redução de R\$ 75,4 milhões na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no acumulado do ano justificado principalmente por ações realizadas no período; (ii) redução na linha de perda de recebíveis de clientes no montante de R\$ 49,9 milhões em relação ao ano de 2021; e queda de R\$13,4 milhões na rubrica e despesa com pessoal. Essa queda (ex custo de construção) foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento de R\$ 72,8 milhões com despesa em Material e Serviços de Terceiros, em função principalmente dos maiores custos com reequilíbrio de contratos, pagamento mínimo e disponibilidade de materiais; (ii) Aumento de R\$ 41,8 milhões com receita de multas por impontualidade de clientes, justificado pela intensificação das ações por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência; e (iii) Aumento de R\$ 63,3 milhões na linha de depreciação e amortização;
- Redução dos custos não-gerenciáveis em 12,5% em relação ao registrado no ano de 2021. Tal variação é explicada, principalmente pela queda na rubrica energia elétrica comprada para revenda em R\$ 320,4 milhões, e redução nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 257,2 milhões, tendo em vista a melhora das condições hídricas.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|--|--------------------|--------------------|---------------|
| Custos e despesas não gerenciáveis | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (3.330.380) | (3.650.748) | -8,8% |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (715.625) | (972.802) | -26,4% |
| Total - Não gerenciáveis | (4.046.005) | (4.623.550) | -12,5% |
| Custos e despesas gerenciáveis | | | |
| Pessoal | (162.434) | (175.832) | -7,6% |
| Material e Serviços de Terceiros | (653.716) | (580.948) | 12,5% |
| Depreciação e Amortização | (379.549) | (316.298) | 20,0% |
| Custo na desativação de bens | (4.036) | 1 | <-100,0% |
| Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa | (113.124) | (188.552) | -40,0% |
| Custo de Construção | (1.958.301) | (1.157.874) | 69,1% |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | (21.848) | (19.700) | 10,9% |
| Perda de recebíveis de clientes | (13.055) | (62.978) | -79,3% |
| Receita de multas por impontualidade de clientes | 83.914 | 42.075 | 99,4% |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | (75.208) | (106.656) | -29,5% |
| Total - Gerenciáveis | (3.297.357) | (2.566.762) | 28,5% |
| Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional | (7.343.362) | (7.190.312) | 2,1% |

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2022 o EBITDA da Enel Ceará atingiu o montante de R\$ 1.604,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 369,0 milhões em relação ao ano de 2021. A margem EBITDA da Companhia em 2022 foi de 18,7%, um aumento de 3,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia em 2022 foi de 24,3%, o que representa um aumento de 6,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 420,4 milhões, R\$ 151,3 milhões superior ao registrado em 2021. A variação observada explica-se, principalmente, pelo:

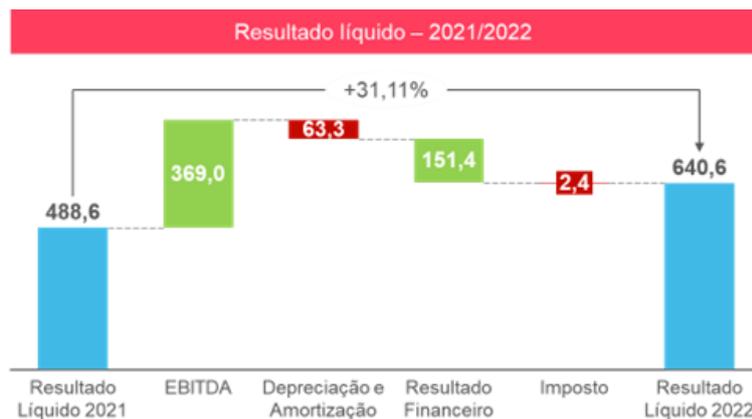
- Aumento líquido de despesa de R\$ 266,1 milhões nas rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, variação cambial de dívidas e encargos de dívidas e debêntures) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados para financiar investimentos e capital de giro;

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|--|------------------|------------------|--------------------|
| Receitas Financeiras | | | |
| Renda de aplicação financeira | 29.930 | 7.026 | >100,0% |
| Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes | 59.861 | 78.542 | -23,8% |
| Variação monetária de ativos e passivos setoriais | 265.295 | 57.236 | >100,0% |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap | - | - | - |
| Outras receitas financeiras | 15.623 | 23.112 | -32,4% |
| (-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira | (17.562) | (7.906) | >100,0% |
| Total - Receitas Financeiras | 353.147 | 158.010 | >100,0% |
| Despesas financeiras | | | |
| Variações monetárias de Dívidas e debêntures | (71.598) | (117.953) | -39,3% |
| Encargos de Dívidas e debêntures | (272.881) | (134.038) | >100,0% |
| Marcação a mercado de Dívida | (28.380) | - | - |
| Encargos fundo de pensão | (7.583) | (6.788) | 11,7% |
| Variação monetária de ativos e passivos setoriais | (118.245) | (38.194) | >100,0% |
| Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (40.571) | (59.673) | -32,0% |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap | (186.389) | (34.766) | >100,0% |
| Atualizações de impostos, P&D/PEE | (8.074) | (6.964) | 15,9% |
| Outras despesas financeiras | (46.878) | (23.333) | >100,0% |
| Total - Despesas Financeiras | (780.599) | (421.709) | 85,1% |
| Variações Cambiais | 7.062 | (5.327) | <-100,0% |
| Variações cambiais - Empréstimos | 74.692 | (82.183) | <-100,0% |
| Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge | (69.885) | 80.602 | <-100,0% |
| Outras Variações Cambiais | 2.255 | (3.746) | <-100,0% |
| Total - Receitas e Despesas Financeiras | (420.390) | (269.026) | 56,3% |

Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2022 a Companhia registrou lucro de R\$ 640,6 milhões, um incremento de R\$ 152,0 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da melhora do EBITDA, conforme explicação acima.



5 ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Endividamento Financeiro

A dívida bruta da Companhia encerrou 2022 em R\$ 4.763 milhões, um incremento de R\$ 1.048 milhões em relação a 2021. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 1.654 milhões, em conjunto com

apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 517 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 773 milhões e R\$ 385 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 37 milhões.

A Companhia encerrou 2022 com o custo médio da dívida no período de 13,33% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|--|-----------|-----------|--------|
| Dívida bruta (R\$ mil) | 4.762.861 | 3.714.368 | 28,2% |
| Dívida com Terceiros | 3.810.543 | 2.986.918 | 27,6% |
| Dívida Intercompany | 952.318 | 727.450 | 30,9% |
| (-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil) | 269.458 | 284.964 | -5,4% |
| Dívida líquida (R\$ mil) | 4.493.403 | 3.429.404 | 31,0% |
| Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (1)* | 2,72 | 2,47 | 10,2% |
| Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (1)* | 2,56 | 2,28 | 12,6% |
| Dívida bruta / (Dívida bruta + PL) | 0,56 | 0,52 | 8,8% |
| Dívida líquida / (Dívida líquida + PL) | 0,55 | 0,50 | 10,3% |

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

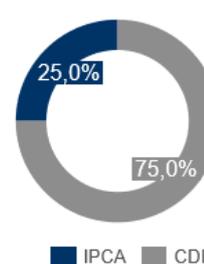
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em dez/22



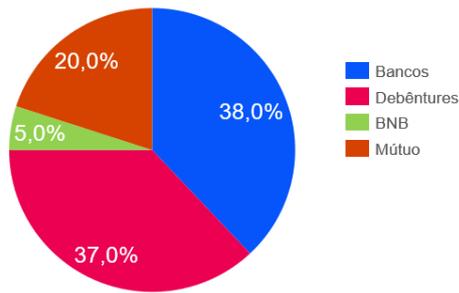
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em dez/22



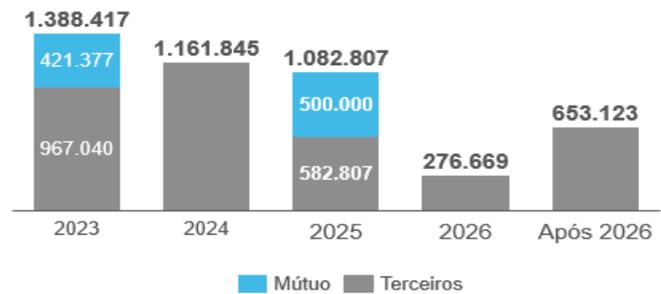
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em dez/22



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em dez/22



Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em dez/22



6 INVESTIMENTOS

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 1.560,1 milhões, um aumento de 43,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, montante recorde da companhia nos últimos 10 anos, dos quais: (i) R\$459,3 milhões em qualidade do sistema elétrico, adequação da carga e atividades de combate a perdas, que representou crescimento de 71,8% frente 2021, reflexo dos esforços em melhoria nos serviços; e (ii) R\$651,0 milhões de investimento em novas conexões crescendo 13,5% vis-à-vis o ano de 2021.

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

| | 2022 | 2021 | Var. % |
|-------------------------------|------------------|------------------|--------------|
| Novas Conexões | 651.020 | 573.455 | 13,5% |
| Rede | 459.299 | 267.321 | 71,8% |
| Combate às Perdas | 96.690 | 47.433 | >100,0% |
| Qualidade do Sistema Elétrico | 214.018 | 123.062 | 73,9% |
| Adequação à carga | 148.591 | 96.826 | 53,5% |
| Outros | 449.795 | 247.394 | 81,8% |
| Total Investido | 1.560.114 | 1.088.170 | 43,4% |
| Aportes / Subsídios | (13.367) | (12.533) | 6,7% |
| Investimento Líquido | 1.546.746 | 1.075.637 | 43,8% |

7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

SUSTENTABILIDADE

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Distribuição Ceará atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Ceará em 2022 que contou com 57 ações, registramos o avanço geral de 103% no fechamento do ano, sendo avanço de 90% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 110% em metas para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Na Enel Distribuição Ceará, os 115 projetos desenvolvidos em 2022 beneficiaram mais de 530 mil pessoas, com um investimento de R\$ 51,5 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 8,5 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Pelo programa Ecoenel, foi concedido mais de R\$ 1,2 milhão em bônus na conta de energia dos clientes. Também foram trocadas gratuitamente cerca de 5,6mil geladeiras e 107 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Subestação Sustentável – Trata-se da primeira subestação a contar com obra 100% sustentável no Ceará, desenvolvida pelo projeto Canteiro Sustentável. Com ações voltadas para a preservação do meio ambiente e com foco na cidadania, a empresa trabalhou na construção desse empreendimento de maneira mais sustentável, colocando em prática a redução, o reúso e a reciclagem de materiais. Foram reaproveitados 370 kg de madeira, além de reciclar outras 24 toneladas deste material. Também foram reciclados tijolos, metais, plásticos e papel. Com a participação do programa Ecoenel, foram reciclados 663 kg desses resíduos, possibilitando uma economia de mais de 1.500 KWh de energia. Foram realizadas ações com foco no desenvolvimento social e na cidadania, a partir das quais foram substituídas 775 lâmpadas ineficientes por modelos em LED, agregadas a palestras sobre uso consciente de energia, beneficiando a população da região. Outro ponto foi a contratação de mão de obra local para trabalhar na construção da obra, gerando emprego e renda para 40 pessoas, além de ações educativas em duas escolas da cidade, atendendo a 183 alunos. Localizada no município de Pindoretama, o empreendimento irá beneficiar, direta e indiretamente, mais de 178 mil cearenses. Com um investimento de mais de R\$ 29 milhões, a obra vai proporcionar melhorias na qualidade do fornecimento de energia na região.

Enel Compartilha Eficiência – Troca de Geladeiras: O programa tem como foco possibilitar adequação da conta de energia ao orçamento de famílias de baixa renda, por meio da troca de um refrigerador antigo por um novo equipamento com selo A do PROCEL. Durante as trocas de geladeiras, também são realizadas as substituições de lâmpadas comuns por modelos em LED, mais econômicas. Durante o ano de 2022, o programa realizou 85 eventos de troca de geladeiras, e ações de uso consciente e seguro da energia elétrica. As atividades ocorreram em 61 municípios, beneficiando 45.371 pessoas com a troca de 5.640 geladeiras e 21.300 lâmpadas. Como destaque, o programa atuou em três festivais nos municípios de Juazeiro do Norte (Juaforró), Crato (Expocrato) e Tejuçuoca (Tejubode). Também realizamos o primeiro evento inclusivo, destinado para o público LGBTQIA+, e ações conjuntas nos eventos da Caravana Enel, Energia Legal e Superação.

Ecoenel – O programa de reciclagem da Enel Distribuição Ceará atingiu um recorde de arrecadação no ano de 2022. Com cerca de 3,3 mil toneladas de resíduos recicláveis arrecadados, o programa concedeu cerca de R\$ 1,2 milhão em bônus na conta de energia, beneficiando 21.681 clientes participantes. Os resultados podem ser comparados à preservação de 26 mil árvores em função da reciclagem de papel, na emissão evitada de 9,7 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera, e na economia de energia de 13.436.160 MWh. O Ecoenel é desenvolvido por meio de investimentos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e consiste na troca de material reciclado por bônus na conta de luz, aliando a formação de uma rede de parcerias entre cliente, empresa e reciclador. A partir disso, o programa promove a união de economia e sustentabilidade.

Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE): A ONEE 2022 é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), coordenada pelo Instituto Abradee de Energia e com a realização de distribuidoras de energia elétrica, que operam em 24 estados e no Distrito Federal. A Enel Distribuição Ceará participou da edição de 2022, divulgando a iniciativa por meio do programa Enel Compartilha Energia na Escola e de outros projetos da plataforma Enel Compartilha. A iniciativa promove a educação sobre o consumo consciente de energia elétrica para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de todas as regiões do Brasil. Professores foram capacitados para o tema e multiplicaram o conhecimento aos seus alunos. Ao longo da competição, os estudantes participam de diversas atividades, provas e desafios que contaram com o conceito da gamificação. A Enel Ceará contou com a participação de 14.660 estudantes de 490 escolas, em 111 municípios do estado.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa promove a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e possibilita a geração de renda para grupos produtivos e pequenos empreendedores por meio de suas produções artesanais. Um dos projetos realizados é a Coleção Energia, que utiliza o conceito de upcycling e da economia criativa para produção de novos materiais. A Enel Distribuição Ceará iniciou suas atividades no projeto por meio do evento Dragão Fashion Brasil, incorporando à passarela peças de figurino com reaproveitamento de resíduos têxteis e fardamentos doados pela Enel e suas empresas parceiras, com o desfile assinado por figurinistas renomados. Para melhorar a qualidade da Coleção, as artesãs participaram de uma oficina voltada para a modelagem e costura das peças, orientadas por estilistas de moda, que trouxeram peças masculinas e femininas, totalizando 30 modelos que compõem a nova Coleção. As peças da Coleção Energia da empresa são comercializadas no site do Fuxico na Rede e a renda gerada com as vendas das peças é destinada aos grupos produtivos participantes do projeto.

Enel Compartilha Inclusão Digital: O projeto favorece a democratização digital por meio de cursos de capacitação nas mais diversas áreas da informática e do acesso às tecnologias da informação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, além de disponibilizar acesso aos serviços de atendimento da Enel. Como resultados do ano de 2022, tivemos sete telecentros em funcionamento totalizando 29 cursos e beneficiando 569 pessoas, entre eles, turmas para PCD's (deficientes visuais e auditivos), introduzindo-os à informática com o desenvolvimento de habilidades básicas para uso de programas para edição de texto e planilhas digitais. Para ampliar o projeto, foi realizada a doação de 75 notebook's para cinco instituições do Programa Conta Contigo da Enel, com o objetivo de fortalecer salas de informática já existentes para a realização de atividades, por meio de cursos e oficinas que irão beneficiar as comunidades do entorno. Nesse sentido, as cinco instituições funcionaram como novos telecentros durante o ano de 2023, realizando e evidenciando as atividades mensalmente.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o

programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surtem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição Ceará conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

8 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Certificação Top Employer:

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022:

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem *Open Innovation* no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL:

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de

sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

9 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM n° 162, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

| Diretoria Executiva | |
|--|----------------------------------|
| Cargo | Diretoria Executiva |
| Diretor-Presidente | Marcia Sandra Roque Vieira Silva |
| Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes | Charles d' Capdeville |
| Diretor de Adm, Finanças, Controle e de RI | Teobaldo José Cavalcante Leal |
| Diretor de Pessoas e Organização | Alain Rosolino |
| Diretor de Relações Institucionais | José Nunes de Almeida Neto |
| Diretor de Comunicação | Janaina Savino Vilella Carro |
| Diretor de Regulação | VAGO |
| Diretor de Compras | VAGO |
| Diretor Jurídico | Ana Claudia Gonçalves Rebello |

| Conselho de Administração | |
|---|----------------------------------|
| Cargo | Conselheiros |
| Presidente do Conselho de Administração | Guilherme Gomes Lencastre |
| Conselheiro de Administração Titular | Mario Fernando de Melo Santos |
| Conselheiro de Administração Titular | Nicola Cotugno |
| Conselheiro de Administração Titular | Marcia Massotti de Carvalho |
| Conselheiro de Administração Titular | Gino Celentano |
| Conselheiro de Administração Titular | Ana Claudia Gonçalves Rebello |
| Conselheiro de Administração Titular | Francisco Honório Pinheiro Alves |
| Conselheiro de Administração Titular | João Francisco Landim Tavares |
| Conselheiro de Administração Suplente | Alain Rosolino |
| Conselheiro de Administração Suplente | José Nunes de Almeida Neto |
| Conselheiro de Administração Suplente | Luiz Flavio Xavier de Sá |
| Conselheiro de Administração Suplente | Julia Freitas de Alcântara Nunes |
| Conselheiro de Administração Suplente | Anna Paula Hiotte Pacheco |
| Conselheiro de Administração Suplente | Maria Eduarda Fischer Alcure |

| Conselho Fiscal | |
|----------------------|------------------------------------|
| Cargo | Conselheiros |
| Conselheiro Efetivo | Antonio Cleber Uchoa Cunha |
| Conselheiro Efetivo | Jorge Parente Frota Junior |
| Conselheiro Efetivo | Peter Edward Cortes Marsden Wilson |
| Conselheiro Suplente | Aldemir Ferreira de Paula |
| Conselheiro Suplente | Antonio Cleto Gomes |
| Conselheiro Suplente | Carlos Antonio Vergara Cammas |

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Energética do Ceará - Coelce**
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará – Coelce (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará – Coelce em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 25 das demonstrações financeiras

| Principais assuntos de auditoria | Como a auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| <p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> |

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

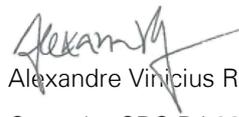
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Companhia Energética do Ceará - Coelce Enel Distribuição Ceará

CNPJ: 07.047.251/0001-70

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

| | <u>Notas</u> | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| <u>Ativo circulante</u> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 182.558 | 204.316 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 86.900 | 80.648 |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | 6 | 1.712.853 | 1.606.490 |
| Ativo financeiro setorial | 9 | 30.022 | 392.593 |
| Créditos a receber - subvenção e outros | 7 | 7.658 | 78.011 |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | 8.1 | - | 136.426 |
| Outros tributos compensáveis | 8.2 | 630.970 | 576.250 |
| Serviços em curso | | 68.010 | 61.206 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 14.364 | - |
| Outros créditos | | 116.595 | 172.038 |
| Total do ativo circulante | | 2.849.930 | 3.307.978 |
| <u>Ativo não circulante</u> | | | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | 6 | 163.578 | 115.421 |
| Ativo financeiro setorial | 9 | - | 126.078 |
| Depósitos vinculados | 22 | 48.011 | 48.798 |
| Cauções e depósitos | 11 | 31.969 | 31.101 |
| Outros tributos compensáveis | 8.2 | 484.731 | 654.499 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 15.235 | 43.594 |
| Tributos diferidos | 28 | 81.019 | 52.077 |
| Benefício fiscal | 10 | 16.715 | 21.042 |
| Ativo financeiro indenizável (concessão) | 12.2 | 4.939.453 | 3.912.580 |
| Imobilizado | 13 | 67.342 | 80.146 |
| Intangível | 12.3 | 2.294.201 | 1.969.650 |
| Ativos contratuais | 12.1 | 1.317.220 | 874.887 |
| Total do ativo não circulante | | 9.459.474 | 7.929.873 |
| Total do ativo | | 12.309.404 | 11.237.851 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | 14 | 1.374.767 | 1.410.469 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 1.129.131 | 420.631 |
| Obrigações por arrendamentos | 17 | 9.959 | 14.200 |
| Debêntures | 16 | 337.413 | 371.330 |
| Salários, provisões e encargos sociais | | 58.483 | 48.028 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 18.1 | 68.064 | 16.284 |
| Outras obrigações fiscais | 18.2 | 206.884 | 233.208 |
| Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores | 20 | 429.790 | 473.748 |
| Dividendos a pagar | | 191.983 | 171.729 |
| Encargos setoriais | 19 | 75.156 | 98.371 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | 21 | 1.044 | 1.338 |
| Provisões para processos judiciais e outros riscos | 22 | - | 295 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 72.499 | 28.935 |
| Outras obrigações | | 207.665 | 170.922 |
| Total do passivo circulante | | 4.162.838 | 3.459.488 |
| Passivo não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 1.766.389 | 1.847.084 |
| Debêntures | 16 | 1.426.179 | 1.082.623 |
| Obrigações por arrendamentos | 17 | 27.640 | 6.386 |
| Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores | 20 | 378.607 | 997.855 |
| Passivo financeiro setorial | 9 | 186.130 | - |
| Outras obrigações fiscais | 18.2 | 1.971 | 1.169 |
| Encargos setoriais | 19 | 19.493 | 8.036 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | 21 | 89.346 | 87.977 |
| Provisões para processos judiciais e outros riscos | 22 | 232.210 | 245.047 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 60.849 | 7.359 |
| Outras obrigações | | 850 | 8.022 |
| Total do passivo não circulante | | 4.189.664 | 4.291.558 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 23 | 1.085.347 | 914.346 |
| Reservas de capital | | 358.671 | 358.671 |
| Reservas de lucros | | 2.526.721 | 2.220.037 |
| Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação | | (13.837) | (6.249) |
| Total do patrimônio líquido | | 3.956.902 | 3.486.805 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 12.309.404 | 11.237.851 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|--|-----------|--------------------|--------------------|
| Receita líquida | 25 | 8.568.304 | 8.109.507 |
| Custo do serviço | 26 | (7.130.981) | (6.786.648) |
| Lucro bruto | | 1.437.323 | 1.322.859 |
| (Despesas) receitas operacionais | 26 | | |
| Despesas com vendas | | (9.689) | (10.875) |
| Despesas gerais e administrativas | | (215.200) | (188.373) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | | (126.179) | (251.530) |
| Outras receitas operacionais | | 138.687 | 47.114 |
| Total despesas operacionais | | (212.381) | (403.664) |
| Resultado do serviço público de energia elétrica | | 1.224.942 | 919.195 |
| Resultado financeiro | 27 | | |
| Receitas financeiras | | 353.147 | 158.010 |
| Despesas financeiras | | (780.599) | (421.704) |
| Variações cambiais líquidas | | 7.062 | (5.332) |
| Total resultado financeiro | | (420.390) | (269.026) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 804.552 | 650.169 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 28 | (266.956) | (219.573) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 28 | 23.992 | 24.376 |
| Incentivo fiscal | 28 | 78.982 | 33.615 |
| | | (163.982) | (161.582) |
| Lucro líquido do exercício | | 640.570 | 488.587 |
| Lucro por ação em R\$ - básico e diluído | 24 | | |
| Ação ordinária | | 8,2277 | 6,2756 |
| Ação preferencial - Classe A | | 8,7214 | 6,6521 |
| Ação preferencial - Classe B | | 9,0505 | 6,9031 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 640.570 | 488.587 |
| Outros resultados abrangentes: | | |
| Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | |
| Ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego | (3.065) | 20.410 |
| Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego | 1.042 | (6.939) |
| | (2.023) | 13.471 |
| Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado | | |
| Perda em instrumentos financeiros derivativos | (11.497) | (7.344) |
| Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos | 3.909 | 2.497 |
| | (7.588) | (4.847) |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | 630.959 | 497.211 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

| | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | | Proposta de distribuição de dividendos adicional | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Total | |
|--|---------------------|-----------------|---|--------------------------|---------------|---------------------------|--|-------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------------|
| | Capital social | Reserva de ágio | Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio | Incentivo fiscal - ADENE | Legal | Incentivo fiscal - SUDENE | | | | | Reforço de capital de giro |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 892.246 | 221.188 | 31.160 | 106.323 | 48.845 | 934.965 | 887.515 | 109.708 | - | (1.402) | 3.230.548 |
| Aprovação dos dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | - | (109.708) | - | - | (109.708) |
| Aumento de capital | 22.100 | - | - | - | - | - | (22.100) | - | - | - | - |
| Ganho atuarial em benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.410 | 20.410 |
| Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (6.939) | (6.939) |
| Transferência para lucros acumulados | - | - | - | - | - | - | - | - | 13.471 | (13.471) | - |
| Ganho em instrumentos financeiros derivativos - swap | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.344) | (7.344) |
| Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.497 | 2.497 |
| Lucro líquido do Exercício | - | - | - | - | - | - | - | 488.587 | - | - | 488.587 |
| Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE | - | - | - | - | - | 33.615 | - | (33.615) | - | - | - |
| Dividendos prescritos | - | - | - | - | - | - | - | 63 | - | - | 63 |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | (117.000) | - | - | (117.000) |
| <u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u> | | | | | | | | | | | |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | (14.309) | - | - | (14.309) |
| Reserva de reforço de capital de giro | - | - | - | - | - | - | 337.197 | (337.197) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 914.346 | 221.188 | 31.160 | 106.323 | 48.845 | 968.580 | 1.202.612 | - | - | (6.249) | 3.486.805 |
| Aumento de capital | 171.001 | - | - | - | - | - | (171.001) | - | - | - | - |
| Ganho atuarial em benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.065) | (3.065) |
| Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.042 | 1.042 |
| Transferência para lucros acumulados | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.023) | 2.023 | - |
| Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (11.497) | (11.497) |
| Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.909 | 3.909 |
| Lucro líquido do Exercício | - | - | - | - | - | - | - | 640.570 | - | - | 640.570 |
| Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE | - | - | - | - | - | 78.982 | - | (78.982) | - | - | - |
| Dividendos prescritos | - | - | - | - | - | - | - | 114 | - | - | 114 |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | (137.000) | - | - | (137.000) |
| <u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u> | | | | | | | | | | | |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | (23.976) | - | - | (23.976) |
| Reserva de reforço de capital de giro | - | - | - | - | - | - | 398.703 | (398.703) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.085.347 | 221.188 | 31.160 | 106.323 | 48.845 | 1.047.562 | 1.430.314 | - | - | (13.837) | 3.956.902 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------------|--------------------|
| Atividades operacionais: | | |
| Lucro líquido do exercício | 640.570 | 488.587 |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais: | | |
| Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa | 113.124 | 188.552 |
| Perda de recebíveis de clientes | 13.055 | 62.978 |
| Depreciação e amortização | 408.084 | 341.068 |
| Juros e variações monetárias | (26.195) | 222.568 |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial | 256.274 | (45.836) |
| Marcação a mercado de dívida | 9.752 | - |
| Ativos e passivos financeiros setorial | 147.050 | 19.042 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | (191.043) | (328.258) |
| Valor residual de intangível e imobilizado | 22.905 | 354 |
| Tributos e contribuições social diferidos | (19.664) | (19.898) |
| Provisões para processos judiciais e outros riscos | 21.848 | 19.700 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | 8.192 | 8.649 |
| Redução (aumento) dos ativos: | | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | (280.699) | (488.375) |
| Créditos de Subvenção desconto tarifário | 70.353 | (60.932) |
| Ativo financeiro setorial | 341.599 | (537.713) |
| Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis | 136.426 | (23.616) |
| Outros tributos compensáveis | 115.048 | 241.574 |
| Depósitos vinculados | 787 | (1.122) |
| Outros créditos | 48.639 | (70.717) |
| Aumento (redução) dos passivos: | | |
| Fornecedores | (35.702) | 385.912 |
| Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores | (663.206) | 25.291 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 10.455 | (11.297) |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 175.879 | 185.400 |
| Outras obrigações fiscais | (23.543) | 66.806 |
| Passivo financeiro setorial | 186.130 | (209.220) |
| Encargos setoriais | (14.825) | (4.816) |
| Outras obrigações | 29.571 | 65.390 |
| | 1.500.864 | 520.071 |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (124.099) | (240.226) |
| Pagamento de processos judiciais e outros riscos | (75.551) | (28.560) |
| Pagamento com benefícios pós-emprego | (10.182) | (10.852) |
| Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados | (251.002) | (106.436) |
| Pagamento de juros de instrumento derivativo | (133.906) | (10.202) |
| Pagamentos de juros de arrendamento | (9.121) | (425) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 897.003 | 123.370 |
| Atividades de investimentos: | | |
| Adições para ativo contratual e imobilizado | (1.980.380) | (1.167.941) |
| Cauções e depósitos | (868) | (2.518) |
| Títulos e valores mobiliários | (6.252) | 11.728 |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos | (1.987.500) | (1.158.731) |
| Atividades de financiamentos: | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 2.530.019 | 1.870.050 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) | (1.277.103) | (693.865) |
| Pagamentos de arrendamento (principal) | (20.317) | (7.231) |
| Recebimentos de instrumento derivativo (principal) | (22.816) | 105.750 |
| Parcelamento especial | (436) | (1.541) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | (140.608) | (199.501) |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos | 1.068.739 | 1.073.662 |
| Variação no caixa líquido da Companhia | (21.758) | 38.301 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 204.316 | 166.015 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 182.558 | 204.316 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------------|--------------------|
| 1. Receitas | 12.238.332 | 11.998.460 |
| Receita bruta de venda de energia e outras receitas | 12.351.456 | 12.187.012 |
| Fornecimento de energia elétrica | 10.254.243 | 10.982.024 |
| Outras receitas | 138.912 | 47.114 |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | 1.958.301 | 1.157.874 |
| Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida | (113.124) | (188.552) |
| 2. Insumos adquiridos de terceiros | (7.177.908) | (7.027.852) |
| Materiais | (862.777) | (469.173) |
| Outros custos operacionais | (147.652) | (178.558) |
| Custo da energia comprada e transmissão | (4.476.015) | (5.149.496) |
| Serviços de terceiros | (1.691.464) | (1.230.625) |
| 3. Valor adicionado bruto | 5.060.424 | 4.970.608 |
| 4. Retenções | (408.086) | (341.068) |
| Depreciação e amortização | (408.086) | (341.068) |
| 5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 4.652.338 | 4.629.540 |
| 6. Valor adicionado recebido em transferência | 475.431 | 470.859 |
| Receitas financeiras | 475.431 | 470.859 |
| 7. Valor adicionado total a distribuir | 5.127.769 | 5.100.399 |
| 8. Distribuição do valor adicionado | 5.127.769 | 5.100.399 |
| Empregados (Colaboradores) | 218.081 | 211.474 |
| Remunerações | 142.389 | 126.276 |
| FGTS | 5.619 | 5.488 |
| Outros encargos sociais | 10.743 | 9.362 |
| Previdência privada | 8.025 | 8.930 |
| Auxílio-alimentação | 14.111 | 12.689 |
| Convênio assistencial e outros benefícios | 17.101 | 30.791 |
| Participação nos resultados | 20.093 | 17.938 |
| Tributos (Governo) | 3.354.280 | 3.646.648 |
| Federais | 484.865 | 438.423 |
| Imposto de renda e contribuição social | 242.964 | 195.197 |
| COFINS | 237.100 | 204.363 |
| PIS | 51.476 | 44.369 |
| INSS | 32.307 | 28.109 |
| (-) Incentivos fiscais | (78.982) | (33.615) |
| Estaduais | 1.872.752 | 2.022.353 |
| ICMS | 1.872.677 | 2.022.316 |
| Outros | 75 | 37 |
| Municipais | 9.103 | 8.416 |
| ISS | 6.704 | 6.444 |
| IPTU | 1.413 | 664 |
| Outros | 986 | 1.308 |
| Encargos setoriais | 987.560 | 1.177.456 |
| CDE - Conta de desenvolvimento energético | 565.767 | 357.695 |
| Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE | 63.232 | 65.317 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | 10.330 | 7.636 |
| Encargos do consumidor - CCRBT | 348.231 | 746.808 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 914.838 | 753.690 |
| Juros | 185.342 | 280.504 |
| Outras despesas financeiras | 710.477 | 459.381 |
| Aluguéis | 19.019 | 13.805 |
| Remuneração de capitais próprios | 640.570 | 488.587 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 131.309 | 131.309 |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | 33.615 | 33.615 |
| Reserva de lucro | 475.646 | 323.663 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2019.

Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, não existe qualquer negociação de venda em curso, que estaria representado por um plano de venda provável.

1.1. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar de R\$ 3.451 – vide nota explicativa nº 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos, exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores desde o ciclo tarifário abril de 2022 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2023.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| Pronunciamentos novos ou alterados | Natureza da alteração | Vigente para períodos anuais iniciados em ou após |
|--|--|---|
| CPC 27/IAS 16 – Imobilizado | Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido | 1º de janeiro de 2022 |
| CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes | Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato | 1º de janeiro de 2022 |
| CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios | Referências à estrutura conceitual | 1º de janeiro de 2022 |

2.3. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

| Pronunciamentos novos ou alterados | Natureza da alteração | Vigente para períodos anuais iniciados em ou após |
|---|---|---|
| CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis | Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante | 1º de janeiro de 2023 |
| CPC 50/IFRS 17- Contratos de seguro | Adoção inicial | 1º de janeiro de 2023 |
| CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro | Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação | 1º de janeiro de 2023 |
| CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture | Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. | Ainda não determinado pelo IASB e CFC |
| CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis. | 1º de janeiro de 2023 |

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável da concessão, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, aplicado a partir de 13 de agosto de 2022 (Resolução Homologatória nº 3.061/2022), reajuste na tarifa de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%, sendo de -2,96%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 193.725, dentre os quais, destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de R\$ 433.117; (ii) Sobrecontratação de R\$ 47.892, (iii) escassez hídrica de R\$ 149.553, parcialmente compensado por itens positivos, como (iv) itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") R\$ 568.258, e (v) Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

3.2. Bandeira tarifária

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|----------------|----------------|
| Caixa e contas correntes bancárias | 38.483 | 27.864 |
| Aplicações financeiras | | |
| CDB (aplicações diretas) | 26.461 | 11.120 |
| Fundos de investimento aberto | - | 14.053 |
| Operações compromissadas | 117.614 | 151.279 |
| | 144.075 | 176.452 |
| Total | 182.558 | 204.316 |

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 98,18% do CDI (99,56% do CDI em 31 de dezembro de 2021). As operações compromissadas foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 84,43% do CDI (73,39% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|---------------|---------------|
| Fundos de investimentos não exclusivos | 86.652 | 80.048 |
| Fundos de investimentos exclusivos (a) | 248 | 600 |
| Títulos públicos | 229 | 414 |
| LF - Letra Financeira | 19 | 186 |
| Total | 86.900 | 80.648 |

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,64% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2022 (0,49% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 96,75% do CDI.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos.

Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada (RNF): O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses vide nota explicativa nº 25.

Os saldos relacionados a consumidores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – vide tabela abaixo.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

| A vencer | Vencidos | | | | | Total | PECLD | Total | |
|--|----------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | até 60 dias | De 61 a 90 dias | De 91 a 180 dias | De 180 a 360 dias | Mais de 360 dias | | | 31.12.2022 | |
| Classes de consumidores: | | | | | | | | | |
| Residencial | 249.116 | 218.594 | 21.689 | 51.392 | 101.394 | 307.163 | 949.348 | (390.609) | 558.739 |
| Industrial | 21.683 | 10.410 | 451 | 1.387 | 1.903 | 20.361 | 56.195 | (9.688) | 46.507 |
| Comercial | 67.536 | 29.358 | 3.188 | 6.704 | 11.668 | 78.565 | 197.019 | (53.674) | 143.345 |
| Rural | 74.144 | 42.685 | 4.881 | 9.799 | 19.531 | 97.728 | 248.768 | (64.668) | 184.100 |
| Poder público | 40.136 | 11.916 | 3.614 | 6.220 | 8.651 | 26.643 | 97.180 | (13.159) | 84.021 |
| Iluminação pública | 29.738 | 11.613 | 2.517 | 8.705 | 28.450 | 74.546 | 155.569 | (49.622) | 105.947 |
| Serviço público | 15.751 | 5.165 | 935 | 2.834 | 5.468 | 19.415 | 49.568 | (15.407) | 34.161 |
| Fornecimento faturado | 498.104 | 329.741 | 37.275 | 87.041 | 177.065 | 624.421 | 1.753.647 | (596.827) | 1.156.820 |
| Receita não faturada | 417.084 | - | - | - | - | - | 417.084 | (5.949) | 411.135 |
| Parcelamento de débitos | 3.571 | 14.626 | 10.362 | 25.045 | 60.062 | 163.578 | 277.244 | (19.638) | 257.606 |
| Venda de Energia Excedente - MVE | 3.197 | - | - | - | - | - | 3.197 | - | 3.197 |
| Compartilhamento - uso mútuo | 11.081 | 6.617 | 3.085 | 8.430 | 16.502 | 34.141 | 79.856 | (42.117) | 37.739 |
| Agente de cobrança da iluminação pública | - | - | - | - | - | 26.027 | 26.027 | (16.093) | 9.934 |
| Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE | - | - | - | - | - | 15.289 | 15.289 | (15.289) | - |
| Subtotal | 933.037 | 350.984 | 50.722 | 120.516 | 253.629 | 863.456 | 2.572.344 | (695.913) | 1.876.431 |
| | | | | | | | | Circulante | 1.712.853 |
| | | | | | | | | Não circulante | 163.578 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| A vencer | Vencidos | | | | | Total | PECLD | Total | |
|--|----------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | até 60 dias | De 61 a 90 dias | De 91 a 180 dias | De 180 a 360 dias | Mais de 360 dias | 31.12.2021 | | 31.12.2021 | |
| Classes de consumidores: | | | | | | | | | |
| Residencial | 235.746 | 231.990 | 23.893 | 61.108 | 87.110 | 230.802 | 870.649 | (322.853) | 547.796 |
| Industrial | 21.110 | 11.654 | 632 | 851 | 1.843 | 21.775 | 57.865 | (14.353) | 43.512 |
| Comercial | 76.107 | 37.973 | 5.409 | 13.205 | 11.469 | 71.123 | 215.286 | (59.293) | 155.993 |
| Rural | 78.266 | 42.499 | 3.285 | 11.340 | 21.053 | 75.204 | 231.647 | (67.160) | 164.487 |
| Poder público | 32.464 | 16.445 | 2.409 | 3.886 | 6.661 | 21.014 | 82.879 | (11.460) | 71.419 |
| Iluminação pública | 41.926 | 19.371 | 3.971 | 7.519 | 15.662 | 47.768 | 136.217 | (40.665) | 95.552 |
| Serviço público | 20.052 | 4.333 | 1.022 | 1.687 | 2.146 | 13.404 | 42.644 | (11.678) | 30.966 |
| Fornecimento faturado | 505.671 | 364.265 | 40.621 | 99.596 | 145.944 | 481.090 | 1.637.187 | (527.462) | 1.109.725 |
| Receita não faturada | 389.575 | - | - | - | - | - | 389.575 | (7.664) | 381.911 |
| Parcelamento de débitos | 4.289 | 18.194 | 13.495 | 42.296 | 63.914 | 115.421 | 257.609 | (10.971) | 246.638 |
| Venda de Energia Excedente - MVE | 6.787 | - | - | - | - | - | 6.787 | - | 6.787 |
| Compartilhamento - uso mútuo | 9.670 | 16.299 | 3.845 | 9.521 | 31.623 | 16.745 | 87.703 | (67.749) | 19.954 |
| Agente de cobrança da iluminação pública | - | - | - | - | - | 26.933 | 26.933 | - | 26.933 |
| Compensação de Iluminação Pública | - | 70.037 | - | - | - | - | (70.037) | - | (70.037) |
| Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE | - | - | - | - | - | 15.289 | 15.289 | (15.289) | - |
| Total | 915.992 | 328.721 | 57.961 | 151.413 | 241.481 | 655.478 | 2.351.046 | (629.135) | 1.721.911 |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Circulante | 1.606.490 |
| | | | | | | | | Não circulante | 115.421 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

| Rubricas de origem | 31.12.2021 | (Provisões) | Perda | 31.12.2022 |
|--|------------------|------------------|---------------|------------------|
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | (629.135) | (121.885) | 55.107 | (695.913) |
| Outros créditos | (3.400) | (4.294) | - | (7.694) |
| | (632.535) | (126.179) | 55.107 | (703.607) |
| Circulante | (617.246) | | | (688.318) |
| Não Circulante | (15.289) | | | (15.289) |

| Rubricas de origem | 31.12.2020 | (Provisões) | Perda | 31.12.2021 |
|--|------------------|------------------|---------------|------------------|
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | (441.524) | (250.589) | 62.978 | (629.135) |
| Outros créditos | (2.459) | (941) | - | (3.400) |
| | (443.983) | (251.530) | 62.978 | (632.535) |
| Circulante | (428.694) | | | (617.246) |
| Não Circulante | (15.289) | | | (15.289) |

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|----------|------------------|------------------|
| Provisão | (126.179) | (251.530) |
| | (126.179) | (251.530) |

7. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|--------------|---------------|
| Baixa renda - subsídio CDE | 25.088 | 11.294 |
| Previsão ajuste CDE ciclo corrente (a) | (21.977) | - |
| CDE a devolver - diferença ciclo anterior | (446) | 5.399 |
| CDE a devolver - diferença ciclo corrente | 1.542 | (8.475) |
| Bônus - Redução voluntária de consumo (b) | 3.451 | 69.793 |
| | 7.658 | 78.011 |

- (a) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.
- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 66.342, restando um saldo de R\$ 3.451 a ser ressarcido.

8. Tributos a compensar

8.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis | | |
| Imposto de renda (a) | - | 84.711 |
| Contribuição social (a) | - | 31.230 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b) | - | 20.485 |
| Total | - | 136.426 |

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos dos montantes de imposto de renda e contribuição social compensáveis. O saldo de imposto de renda apresentado é composto pelo montante de imposto de renda a pagar de R\$ 48.429 e do montante de imposto de renda compensável no montante de R\$ 13.520. E o saldo de contribuição social apresentado é composto pelo montante de contribuição social a pagar de R\$ 34.843 e do montante de contribuição social compensável no montante de R\$ 1.688. O saldo em 31 de dezembro de 2021, é composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações foram compensadas após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Maiores informações, vide nota explicativa nº. 20.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, o IRRF é apresentado líquido dos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia.

8.2. Outros tributos compensáveis

| | 31.12.2022 | | 31.12.2021 | |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Outros tributos compensáveis | | | | |
| ICMS (c) | 119.310 | 130.842 | 84.496 | 82.605 |
| PIS e COFINS | 80.236 | - | 16.864 | - |
| PIS e COFINS (ICMS) (d) | 429.790 | 353.889 | 473.748 | 571.894 |
| Outros tributos | 1.634 | - | 1.142 | - |
| Total | 630.970 | 484.731 | 576.250 | 654.499 |

- (c) Do total de crédito de ICMS, cerca de: (i) R\$ 186.562 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos e; (ii) R\$ 33.662 (R\$ 25.884 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar no circulante e não circulante de R\$ 429.790 e R\$ 353.889 respectivamente, em 31 de dezembro de 2022.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 20).

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

| Ativos e passivos financeiros setorial | 31.12.2021 | Adição | Amortização | Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás | Recebimento bandeiras tarifárias | Remuneração | Reclassificações | 31.12.2022 | Valores em amortização | Valores em constituição | Ativo circulante | Passivo não circulante |
|---|----------------|----------------|------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------------|-------------------------|------------------|------------------------|
| Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA | 445.129 | 341.266 | (415.489) | - | (329.618) | 39.137 | (1.319) | 79.106 | 180.176 | (101.070) | 110.119 | (31.013) |
| Aquisição de energia - (CVAenerg) (a) | (7.819) | 41.106 | (123.215) | - | 144.243 | 18.753 | (1.319) | 71.749 | 58.971 | 12.778 | 67.828 | 3.921 |
| Proinfa | 2.077 | 18.812 | (16.191) | - | - | 1.700 | - | 6.398 | 6.398 | - | 6.398 | - |
| Transporte rede básica | 27.073 | 50.379 | (21.333) | - | - | 3.483 | - | 59.602 | 4.515 | 55.087 | 42.698 | 16.904 |
| Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (b) | 429.471 | 168.869 | (228.555) | - | (473.861) | 10.224 | - | (93.852) | 96.169 | (190.021) | (35.544) | (58.308) |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE (c) | (5.673) | 62.100 | (26.195) | - | - | 4.977 | - | 35.209 | 14.123 | 21.086 | 28.739 | 6.470 |
| Demais passivos financeiros setoriais | 73.542 | 593.324 | 141.344 | (441.716) | 12.783 | 107.914 | (722.405) | (235.214) | (31.721) | (203.493) | (80.097) | (155.117) |
| Alíquota efetiva PIS/Cofins | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Neutralidade da parcela A | (32.584) | 35.433 | 14.898 | - | - | (949) | - | 16.798 | (4.373) | 21.171 | 10.302 | 6.496 |
| Sobrecontratação de energia | (34.636) | 85.803 | 43.739 | - | (6.587) | 4.980 | - | 93.299 | (11.973) | 105.272 | 60.996 | 32.303 |
| Diferimento/ devoluções tarifárias | (119.159) | (41.010) | 29.613 | - | - | (12.928) | - | (143.484) | (7.403) | (136.081) | (7.403) | (136.081) |
| Bandeiras tarifárias não homologadas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (5.376) | 5.376 |
| Risco hidrológico | (145.172) | (126.481) | 145.434 | - | - | (11.528) | - | (137.747) | (36.288) | (101.459) | (106.614) | (31.133) |
| Bandeira Escassez Hídrica (d) | - | 209.276 | - | - | - | 10.901 | - | 220.177 | - | 220.177 | - | 220.177 |
| Outros (e) | 405.093 | 430.303 | (92.340) | (441.716) | 19.370 | 117.438 | (722.405) | (284.257) | 28.316 | (312.573) | (32.002) | (252.255) |
| Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido | 518.671 | 934.590 | (274.145) | (441.716) | (316.835) | 147.051 | (723.724) | (156.108) | 148.455 | (304.563) | 30.022 | (186.130) |

(a) Aquisição de energia (CVAenerg): A variação do diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas termoeletricas e redução do PLD médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 55,70.

(b) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) CDE: Maior diferimento ativo, devido reajuste das cotas homologadas, conforme resolução homologatória nº. 3.004 de dezembro de 2021 que definiu as cotas mensais de janeiro de 2022 a abril de 2022 e a resolução homologatória nº. 3.034 de 26 de abril 2022 que definiu as cotas mensais de maio de 2022 a dezembro 2022.

(d) Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:

- (i) Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3.

- (ii) Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 209.276 referente ao financeiro da bandeira proporcional ao período de abril e dezembro de 2022.

(e) Outros:

- i. Recebimento Escassez Hídrica e CDE Eletrobrás no montante total de R\$ 441.716, refere-se:
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 273.448. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3.
 - Recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás 168.267 de acordo com despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022.
- ii. O valor informado na coluna reclassificação, no montante total de R\$ 723.724 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº 20.

| Ativos e passivos financeiros setorial | 31.12.2020 | Adição | Amortização | Recebimento bandeiras tarifárias | Remuneração | 31.12.2021 | Valores em amortização | Valores em constituição | Ativo circulante | Ativo não circulante |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------------------------|---------------|----------------|------------------------|-------------------------|------------------|----------------------|
| Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA | 33.199 | 1.218.256 | (129.912) | (691.222) | 14.808 | 445.129 | 9.617 | 435.512 | 311.492 | 133.637 |
| Aquisição de energia - (CVA)energ | (47.408) | 742.447 | (70.254) | (642.814) | 10.210 | (7.819) | (13.345) | 5.526 | (9.515) | 1.696 |
| Proinfra | 9.453 | (1.665) | (5.882) | - | 171 | 2.077 | 2.078 | (1) | 2.078 | (1) |
| Transporte rede básica | 42.031 | 20.774 | (38.103) | - | 2.371 | 27.073 | 7.030 | 20.043 | 20.922 | 6.151 |
| Encargos do serviço do sistema - ESS/EER | 39.094 | 456.181 | (19.512) | (48.408) | 2.116 | 429.471 | 18.217 | 411.254 | 303.278 | 126.193 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | (9.971) | 519 | 3.839 | - | (60) | (5.673) | (4.363) | (1.310) | (5.271) | (402) |
| Demais passivos financeiros setoriais | (242.419) | 208.178 | 159.047 | (55.498) | 4.234 | 73.542 | (104.101) | 177.643 | 81.101 | (7.559) |
| Neutralidade da parcela A | (9.888) | (30.416) | 6.931 | - | 789 | (32.584) | (1.779) | (30.805) | (23.131) | (9.453) |
| Sobrecontratação de energia | (21.335) | 6.419 | 37.860 | (55.498) | (2.082) | (34.636) | (7.820) | (26.816) | (26.408) | (8.228) |
| Diferimento/ devoluções tarifárias | (114.299) | (31.454) | 29.613 | - | (3.020) | (119.160) | (29.613) | (89.547) | (29.613) | (89.547) |
| Risco hidrológico | (134.326) | (147.812) | 133.978 | - | 2.989 | (145.171) | (36.570) | (108.601) | (111.847) | (33.324) |
| Outros | 37.429 | 411.441 | (49.335) | - | 5.558 | 405.093 | (28.319) | 433.412 | 272.100 | 132.993 |
| Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido | (209.220) | 1.426.434 | 29.135 | (746.720) | 19.042 | 518.671 | (94.484) | 613.155 | 392.593 | 126.078 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

| Benefício fiscal - ágio incorporado | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização acumulada | (726.549) | (713.823) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Reversão da provisão sobre o ágio | 396.669 | 388.270 |
| Total | 16.715 | 21.042 |

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

| | 31.12.2022 | Percentual |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Em 2023 | 3.960 | 23,69% |
| Em 2024 | 3.625 | 21,69% |
| Em 2025 | 3.316 | 19,84% |
| Em 2026 | 3.036 | 18,16% |
| Em 2027 | 2.778 | 16,62% |
| Total | 16.715 | 100,00% |

11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

| Instituição | Tipo de Aplicação | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Não Circulante | Não Circulante |
| BNB | CDB | 17.482 | 15.594 |
| Banco do Brasil | Título do Tesouro EUA | 14.487 | 15.507 |
| Total | | 31.969 | 31.101 |

12. Contratos de concessão público - privados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 22 de abril de 2023.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

| | Custo | Obrigações especiais | Valor líquido |
|---|------------------|-----------------------------|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 803.681 | (222.901) | 580.780 |
| Adições | 1.170.404 | (12.530) | 1.157.874 |
| Capitalização de juros de empréstimos | 268 | - | 268 |
| Transferências para ativo intangível | (314.575) | - | (314.575) |
| Transferências para ativo indenizável | (556.397) | - | (556.397) |
| Transferências para ativo imobilizado | 6.937 | - | 6.937 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.110.318 | (235.431) | 874.887 |
| Adições | 1.971.670 | (2.969) | 1.968.701 |
| Capitalização de juros de empréstimos | 181 | - | 181 |
| Reclassificação | 33.179 | (33.179) | - |
| Transferências para ativo intangível | (724.744) | 71.165 | (653.579) |
| Transferências para ativo indenizável | (942.351) | 104.140 | (838.211) |
| Reclassificações para ativo imobilizado | (34.759) | - | (34.759) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.413.494 | (96.274) | 1.317.220 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 31.12.2022 | | 31.12.2021 |
|-----------------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Custo | Obrigações especiais | Valor líquido |
| Direito de uso da concessão | 1.175.519 | (96.274) | 1.079.245 |
| Software | 235.573 | - | 235.573 |
| Veículos | 2.402 | - | 2.402 |
| Total | 1.413.494 | (96.274) | 1.317.220 |

12.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 3.912.580 | 3.026.407 |
| Transferências do ativo contratual | 838.211 | 556.397 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | 191.043 | 328.258 |
| Reclassificações para ativo intangível | (2.381) | 1.518 |
| Saldo Final | 4.939.453 | 3.912.580 |

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

| | 31.12.2022 | | | 31.12.2021 |
|-----------------------------|------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido |
| Em Serviço | | | | |
| Direito de uso da concessão | 5.850.426 | (3.485.555) | (259.414) | 2.105.457 |
| Software | 465.546 | (276.906) | - | 188.640 |
| Bens de renda | 464 | (360) | - | 104 |
| Total | 6.316.436 | (3.762.821) | (259.414) | 2.294.201 |

| | Custo | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido |
|--|------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 5.485.574 | (3.180.336) | (297.319) | 2.007.919 |
| Baixas | (354) | - | - | (354) |
| Amortização | - | (368.287) | 35.627 | (332.660) |
| Transferência dos ativos contratuais | 314.575 | - | - | 314.575 |
| Transferência dos ativos de concessão | (19.830) | - | - | (19.830) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 5.779.965 | (3.548.623) | (261.692) | 1.969.650 |
| Baixas | (95.174) | 85.128 | - | (10.046) |
| Amortização | - | (451.403) | 69.928 | (381.475) |
| Transferência dos ativos contratuais | 724.744 | - | (71.165) | 653.579 |
| Reclassificações | 424 | (424) | - | - |
| Reclassificações dos ativos imobilizados * | (95.904) | 152.501 | 3.515 | 60.112 |
| Reclassificações do ativo indenizável * | 2.381 | - | - | 2.381 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 6.316.436 | (3.762.821) | (259.414) | 2.294.201 |

(*) Durante o ano de 2022 a companhia realizou reclassificações entre os quadros que compõem o ativo imobilizado e os ativos de infraestrutura relacionados à concessão para melhor apresentação dos saldos da seguinte forma: R\$ 60.112 do ativo imobilizado e R\$ 2.381 do ativo financeiro indenizável totalizando R\$ 62.493 para o ativo intangível.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

| DISTRIBUIÇÃO | % |
|-------------------------------------|--------|
| Condutor de tensão inferior a 69kv | 3,57% |
| Estrutura poste | 3,57% |
| Transformador de distribuição aéreo | 4,00% |
| Transformador de força | 2,86% |
| Conjunto de medição (tp e tc) | 4,35% |
| Painel | 3,57% |
| Regulador de tensão inferior a 69kv | 4,35% |
| Software | 20,00% |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

| | 31.12.2021 | Adição / (Reversão) | Depreciação / Amortização | Baixa | Transferência | Reclassificação * | 31.12.2022 |
|---------------------------------------|-----------------|------------------------|------------------------------|-----------------|----------------|-------------------|-----------------|
| Imobilizado em serviço | | | | | | | |
| Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias | 934 | - | - | - | 3.065 | 1.135 | 5.134 |
| Máquinas e equipamentos | 38.989 | - | - | (452) | 1.054 | 1.890 | 41.481 |
| Veículos | 860 | - | - | - | - | - | 860 |
| Móveis e utensílios | 10.838 | - | - | - | 3.392 | 8.406 | 22.636 |
| Subtotal | 51.621 | - | - | (452) | 7.511 | 11.431 | 70.111 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | |
| Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias | (704) | - | (55) | - | - | - | (759) |
| Máquinas e equipamentos | (36.261) | - | (1.310) | 452 | - | 120 | (36.999) |
| Veículos | (2.048) | - | (65) | - | - | 1.567 | (546) |
| Móveis e utensílios | (8.694) | - | (886) | - | - | - | (9.580) |
| Subtotal | (47.707) | - | (2.316) | 452 | - | 1.687 | (47.884) |
| Imobilizado em curso | | | | | | | |
| Terreno | - | (17) | - | - | - | 17 | - |
| Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias | 762 | (6.209) | - | - | (3.065) | 9.084 | 572 |
| Máquinas e equipamentos | 43.731 | 1.770 | - | - | (2.279) | (40.430) | 2.792 |
| Veículos | 6.619 | - | - | - | - | (5.857) | 762 |
| Móveis e utensílios | 3.577 | 3.275 | - | - | (2.167) | 757 | 5.442 |
| Subtotal | 54.689 | (1.181) | - | - | (7.511) | (36.429) | 9.568 |
| Total do imobilizado | 58.603 | (1.181) | (2.316) | - | - | (23.311) | 31.795 |
| Ativo de direito de uso | | | | | | | |
| Terrenos | 149 | 819 | (309) | - | - | (475) | 184 |
| Imóveis | (2.154) | 52.379 | (11.440) | (12.859) | - | 3.470 | 29.396 |
| Veículos e outros meios de transporte | 23.548 | - | (12.544) | - | - | (5.037) | 5.967 |
| Subtotal | 21.543 | 53.198 | (24.293) | (12.859) | - | (2.042) | 35.547 |
| Total | 80.146 | 52.017 | (26.609) | (12.859) | - | (25.353) | 67.342 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(*) Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou reclassificações entre os quadros que compõem o ativo imobilizado e os ativos de infraestrutura relacionados à concessão, para melhor apresentação dos saldos da seguinte forma: R\$ 34.759 do ativo contratual para o ativo imobilizado e R\$ 60.112 do ativo imobilizado para o ativo intangível totalizando um efeito líquido de reclassificações de R\$ 25.353 no ativo imobilizado.

| | 31.12.2020 | Adição | Depreciação/ Amortização | Transferência | 31.12.2021 |
|---------------------------------------|-----------------|---------------|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| Imobilizado em serviço | | | | | |
| Terrenos | 30 | - | - | (30) | - |
| Edif. Ob. Cívís e benfeitorias | 9 | - | - | 925 | 934 |
| Máquinas e equipamentos | 64.235 | - | - | (25.246) | 38.989 |
| Veículos | - | - | - | 860 | 860 |
| Móveis e utensílios | 55.921 | - | - | (45.083) | 10.838 |
| Subtotal | 120.195 | - | - | (68.574) | 51.621 |
| Depreciação acumulada | | | | | |
| Edif. Ob. Cívís e benfeitorias | - | - | (29) | (675) | (704) |
| Máquinas e equipamentos | (49.808) | - | (1.139) | 14.686 | (36.261) |
| Veículos | - | - | (1.606) | (442) | (2.048) |
| Móveis e utensílios | (35.404) | - | (612) | 27.322 | (8.694) |
| Subtotal | (85.212) | - | (3.386) | 40.891 | (47.707) |
| Imobilizado em curso | | | | | |
| Edif. Ob. Cívís e benfeitorias | - | - | - | 762 | 762 |
| Máquinas e equipamentos | 3.035 | 9.630 | 111 | 30.955 | 43.731 |
| Veículos | - | 434 | - | 6.185 | 6.619 |
| Móveis e utensílios | 2.891 | 3 | - | 683 | 3.577 |
| Subtotal | 5.926 | 10.067 | 111 | 38.585 | 54.689 |
| Total do imobilizado | 40.909 | 10.067 | (3.275) | 10.902 | 58.603 |
| Ativo de direito de uso | | | | | |
| Terrenos | 352 | - | (201) | (2) | 149 |
| Imóveis | 2.303 | - | (4.932) | 475 | (2.154) |
| Veículos e outros meios de transporte | - | 23.548 | - | - | 23.548 |
| Subtotal | 2.655 | 23.548 | (5.133) | 473 | 21.543 |
| Total | 43.564 | 33.615 | (8.408) | 11.375 | 80.146 |

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| ADMINISTRAÇÃO | % |
|----------------------------------|--------|
| Equipamento geral | 6,25% |
| Equipamento geral de informática | 16,67% |
| Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias | 3,33% |
| Veículos | 14,29% |

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

| Ativo de direito de uso | Prazo médio contratual remanescente (anos) |
|-------------------------|--|
| Terrenos | 1,04 |
| Imóveis | 4,50 |
| Veículos | 1,06 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 30.1.1.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|------------------|------------------|
| Compra de Energia | 438.031 | 251.446 |
| Compra de Energia com partes relacionadas (nota 29) | 814 | 188.831 |
| Encargo de Uso da Rede | 95.705 | 275.728 |
| Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 29) | 343 | 27 |
| Total energia | 534.893 | 716.032 |
| Materiais e serviços | 620.617 | 572.133 |
| Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 29) | 219.257 | 122.304 |
| Total fornecedores | 1.374.767 | 1.410.469 |

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 119.675 (R\$ 53.624 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 30.1.1.

15.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

| | 31.12.2022 | | | | | | 31.12.2021 | | | | | |
|---|---------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|-----------------------------------|---------------|----------------|----------------|------------------|-----------------------------------|
| | Circulante | | | Não Circulante | | | Total Circulante + Não Circulante | Circulante | | | Não Circulante | Total Circulante + Não Circulante |
| | Encargos | Principal | Total | Principal | Marcação a mercado | Total | | Encargos | Principal | Total | | |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | | | | | | |
| União Federal – Bônus de Desconto | 70 | - | 70 | 5.954 | - | 5.954 | 6.024 | 15 | - | 15 | 6.368 | 6.383 |
| União Federal – Bônus ao Par | 110 | - | 110 | 8.533 | - | 8.533 | 8.643 | 118 | - | 118 | 9.126 | 9.244 |
| SCOTIABANK 4131 III | 2.464 | 406.799 | 409.263 | - | - | - | 409.263 | - | - | - | - | - |
| SCOTIABANK 4131 | - | - | - | - | - | - | - | 2.635 | - | 2.635 | 435.084 | 437.719 |
| BNP 4131 II - COELCE | 685 | - | 685 | 122.503 | - | 122.503 | 123.188 | 732 | - | 732 | 131.020 | 131.752 |
| BNP 4131 III - COELCE | - | - | - | - | - | - | - | 537 | 131.020 | 131.557 | - | 131.557 |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE IV | 1.458 | 209.393 | 210.851 | - | - | - | 210.851 | 1.578 | - | 1.578 | 223.955 | 225.533 |
| Sumitomo 4131 - COELCE | 1.155 | - | 1.155 | 260.885 | - | 260.885 | 262.040 | 1.270 | - | 1.270 | 279.025 | 280.295 |
| Citibank 4131 - COELCE | 3.896 | - | 3.896 | 286.973 | - | 286.973 | 290.869 | - | - | - | - | - |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE V | 3.483 | - | 3.483 | 232.419 | 7.098 | 239.517 | 243.000 | - | - | - | - | - |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE VI | 770 | - | 770 | 127.142 | 2.654 | 129.796 | 130.566 | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira | 14.091 | 616.192 | 630.283 | 1.044.409 | 9.752 | 1.054.161 | 1.684.444 | 6.885 | 131.020 | 137.905 | 1.084.578 | 1.222.483 |
| Moeda nacional: | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | | | | | | | |
| Eletrobrás | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.449 | 2.449 | 1.347 | 3.796 |
| BNDES FINAME (Capex 2012-2013) | 3 | 2.061 | 2.064 | - | - | - | 2.064 | 8 | 4.121 | 4.129 | 2.061 | 6.190 |
| FINEP | 2 | 94 | 96 | 572 | - | 572 | 668 | 2 | - | 2 | 663 | 665 |
| BNB II | 269 | 44.101 | 44.370 | 211.656 | - | 211.656 | 256.026 | 317 | 48.379 | 48.696 | 258.435 | 307.131 |
| Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional | 274 | 46.256 | 46.530 | 212.228 | - | 212.228 | 258.758 | 327 | 54.949 | 55.276 | 262.506 | 317.782 |
| Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas | | | | | | | | | | | | |
| Enel Finance International II | 453 | 274.429 | 274.882 | - | - | - | 274.882 | - | - | - | - | - |
| Enel Finance International N.V. | 26.661 | - | 26.661 | 500.000 | - | 500.000 | 526.661 | 15.237 | - | 15.237 | 500.000 | 515.237 |
| Mútuos Enel BR | - | 150.775 | 150.775 | - | - | - | 150.775 | 1.116 | 211.097 | 212.213 | - | 212.213 |
| Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas | 27.114 | 425.204 | 452.318 | 500.000 | - | 500.000 | 952.318 | 16.353 | 211.097 | 227.450 | 500.000 | 727.450 |
| Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira | 41.479 | 1.087.652 | 1.129.131 | 1.756.637 | 9.752 | 1.766.389 | 2.895.520 | 23.565 | 397.066 | 420.631 | 1.847.084 | 2.267.715 |

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Data do vencimento | Tipo de Amortização | pagamento de Juros | Taxa efetiva a.a (%) | Finalidade | Garantia |
|-----------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|-----------------|----------|
| Mútuo Coelce - Enel BR III | 70.429 | 05/01/2022 | 12/05/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 1,08% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR IV | 110.556 | 31/01/2022 | 24/03/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 1,08% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR V | 100.638 | 15/02/2022 | 12/05/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 1,08% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR VI | 50.315 | 21/02/2022 | 31/05/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 0,73% | Capital de giro | N/A |
| CITIBANK 4131 - COELCE | 271.700 | 24/03/2022 | 21/03/2025 | Bullet | Semestral | USD SOFR + 0,91% a.a. | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR VII | 352.205 | 04/03/2022 | 31/05/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 0,73% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR VIII | 80.335 | 20/06/2022 | 29/07/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 0,65% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR IX | 50.278 | 20/07/2022 | 23/01/2023 | Bullet | Bullet | CDI + 0,65% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR X | 100.497 | 22/08/2022 | 23/01/2023 | Bullet | Bullet | CDI + 0,96% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR XI | 42.165 | 20/09/2022 | 23/09/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 0,96% | Capital de giro | N/A |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE V | 230.000 | 23/09/2022 | 23/09/2026 | Bullet | Semestral | USD + 5,45% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR XII | 20.082 | 20/10/2022 | 27/10/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 1,96% | Capital de giro | N/A |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE VI | 130.000 | 21/11/2022 | 21/11/2025 | Bullet | Semestral | USD + 5,45% | Capital de giro | N/A |
| Mútuo Coelce - Enel BR XIII | 50.216 | 16/11/2022 | 28/11/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 1,06% | Capital de giro | N/A |
| EFI II - Credit Agreement | 270.603 | 13/12/2022 | 12/06/2023 | Bullet | Trimestral | EURIBOR + 0,94 | Capital de giro | N/A |

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Data do vencimento | Tipo de Amortização | pagamento de Juros | Taxa efetiva a.a (%) | Finalidade | Garantia |
|--------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|---------------------|--------------------|----------------------|-----------------|----------|
| Mútuo Coelce - Enel BR I | 190.971 | 13/12/2021 | 04/04/2022 | Bullet | Bullet | CDI + 1,08% | Capital de giro | N/A |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Data do vencimento | Tipo de Amortização | pagamento de Juros | Taxa efetiva a.a (%) | Finalidade | Garantia |
|-----------------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|---------------------|--------------------|----------------------------|---|--|
| União Federal – Bônus de Desconto | 2.430 | 07/04/2006 | 15/04/2024 | Bullet | Semestral | USD + Libor + 1,0125% a.a. | Refinanciamento dívida | Recebíveis e conta reserva |
| União Federal – Bônus ao Par | 3.501 | 07/04/2006 | 15/04/2024 | Bullet | Semestral | USD + 6,2% a.a. | Refinanciamento dívida | Recebíveis e conta reserva |
| Eletrobrás | 78.115 | 13/01/2009 | 30/10/2023 | Mensal | Mensal | 6% a.a. | Luz Para Todos | Recebíveis e nota promissória |
| BNDES FINAME (Capex 2012-2013) | 37.091 | 26/08/2013 | 15/06/2023 | Mensal | Mensal | 3,00% a.a. | Financiamento do CAPEX | Recebíveis |
| BNB II | 340.351 | 29/03/2018 | 15/04/2028 | Mensal | Mensal | IPCA + 2,18% a.a. | Financiamento de projetos de ampliação e modernização | Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária |
| FINEP | 663 | 17/04/2020 | 15/01/2030 | Mensal | Mensal | TJLP + 1 % a.a. | Financiamento do CAPEX | Fiança bancária |
| SCOTIABANK 4131III | 400.000 | 06/01/2021 | 06/01/2023 | Bullet | Semestral | USD + 1,225% a.a. | Capital de giro | N/A |
| EFI - Credit Agreement | 500.000 | 02/03/2021 | 02/03/2025 | Bullet | Semestral | CDI + 1,18% | Capital de giro | N/A |
| BNP 4131 II - COELCE | 135.000 | 01/04/2021 | 28/03/2024 | Bullet | Semestral | USD + 2,14% a.a. | Capital de giro | N/A |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE IV | 210.000 | 16/07/2021 | 17/07/2023 | Bullet | Semestral | USD + 1,51% a.a. | Capital de giro | N/A |
| Sumitomo 4131 - COELCE | 278.250 | 15/10/2021 | 15/10/2024 | Bullet | Semestral | USD + 2,13% a.a. | Capital de giro | N/A |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

| | 31.12.2022 | | 31.12.2021 | |
|--------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| Moeda Nacional | | | | |
| CDI | 677.436 | 23,40% | 656.923 | 26,06% |
| TJLP | 668 | 0,02% | 669 | 0,03% |
| Taxa fixa | 1.389.615 | 47,99% | 1.292.960 | 51,28% |
| IPCA | 256.026 | 8,84% | 267.704 | 10,62% |
| Moeda Estrangeira | | | | |
| Libor | 6.024 | 0,21% | 6.232 | 0,25% |
| USD SOFR | 290.869 | 10,05% | 296.799 | 11,77% |
| EURIBOR | 274.882 | 9,49% | 0 | 0,00% |
| Total | 2.895.520 | 100% | 2.521.287 | 100% |

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

| Empréstimo | Custo swap |
|--------------------------------|-----------------|
| SCOTIABANK 4131 III | CDI + 0,80% a.a |
| BNP 4131 II - COELCE | CDI + 1,18% a.a |
| BNP 4131 III - COELCE | CDI + 0,55% a.a |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE IV | CDI + 1,25% a.a |
| SUMITOMO 4131 - COELCE | CDI + 1,12% a.a |
| CITIBANK 4131 - COELCE | CDI + 1,17% a.a |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE V | CDI + 1,62% a.a |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE VI | CDI + 1,39% a.a |
| ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE | CDI + 0,30% a.a |

15.4. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

| 31.12.2022 | | | | | |
|------------|---------|---------|--------|-----------|----------------------|
| 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | Após 2027 | Total não Circulante |
| 446.812 | 963.053 | 288.455 | 48.938 | 19.131 | 1.766.389 |

15.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

| Indexador | 31.12.2022 |
|--------------------------|------------|
| | % |
| Moeda Nacional | |
| CDI * | 3% |
| TJLP ** | 0% |
| SELIC * | 3% |
| Moeda Estrangeira | |
| Libor * | 0% |
| USD SOFR * | 2% |
| EURIBOR * | -9% |

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | | Total |
|--|----------------|----------------|-------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 67.116 | 304.580 | 570.441 | 14.429 | 956.566 |
| Captações | 211.800 | 500.000 | 135.000 | 1.023.250 | 1.870.050 |
| Encargos provisionados | 37.903 | - | 13.566 | - | 51.469 |
| Encargos pagos | (21.002) | - | (10.635) | - | (31.637) |
| Variação monetária e cambial | - | 32.950 | 36.016 | 46.166 | 115.132 |
| Transferências | 75.024 | (75.024) | (733) | 733 | - |
| Amortizações | (88.115) | - | (605.750) | - | (693.865) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 282.726 | 762.506 | 137.905 | 1.084.578 | 2.267.715 |
| Captações | 150.775 | 876.941 | 270.603 | 631.700 | 1.930.019 |
| Encargos provisionados | 8.125 | 111.665 | 9.069 | 20.403 | 149.262 |
| Encargos pagos | (8.130) | (101.407) | (3.370) | (18.215) | (131.122) |
| Variação monetária e cambial | - | 17.912 | (57.689) | (13.226) | (53.003) |
| Marcação à mercado Dívida | - | - | - | 9.752 | 9.752 |
| Transferências | (205.409) | 205.409 | 660.831 | (660.831) | - |
| Amortizações | (4.121) | (1.160.798) | (112.184) | - | (1.277.103) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 223.966 | 712.228 | 905.165 | 1.054.161 | 2.895.520 |

15.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

| Contratos | Obrigações Especiais Financeiras | Limite | Periodicidade de Apuração dos Índices |
|---------------------------------|---|--------|---------------------------------------|
| BNDÉS | Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo) | 3,50 | Anual |
| BNDÉS | Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo) | 0,60 | Anual |
| Eletrobras | Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo) | 3,00 | Anual |
| Scotiabank, BNP e Citibank 4131 | Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo) | 3,50 | Trimestral |

BNDÉS

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 30.1.1.

16.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

| | 31.12.2022 | | | | 31.12.2021 | | | | |
|------------------------|---------------|----------------|------------------|--------------------|-----------------------------------|---------------|----------------|------------------|-----------------------------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Total Circulante + Não Circulante | Circulante | | Não circulante | Total Circulante + Não Circulante |
| | Encargos | Principal | Principal | Marcação a mercado | | Encargos | Principal | | |
| 1ª Série 5ª emissão | - | - | - | - | - | 798 | 175.000 | - | 175.798 |
| 2ª Série 5ª emissão | 503 | 98.650 | 98.650 | - | 197.803 | 519 | - | 186.845 | 187.364 |
| 1ª Série 6ª emissão | 241 | 40.000 | - | - | 40.241 | 185 | - | 40.000 | 40.185 |
| 2ª Série 6ª emissão | 918 | - | 349.438 | - | 350.356 | 949 | - | 330.922 | 331.871 |
| 1ª Série 7ª emissão | 6.871 | 175.000 | - | - | 181.871 | 7.819 | 175.000 | 175.000 | 357.819 |
| 2ª Série 7ª emissão | 13.449 | - | 376.384 | - | 389.833 | 12.800 | - | 356.440 | 369.240 |
| 1ª Série 8ª emissão | 4.647 | - | 604.772 | 18.629 | 628.048 | - | - | - | - |
| (-) Custo de transação | - | (2.866) | (21.694) | - | (24.560) | - | (1.740) | (6.584) | (8.324) |
| Total de debêntures | 26.629 | 310.784 | 1.407.550 | 18.629 | 1.763.592 | 23.070 | 348.260 | 1.082.623 | 1.453.953 |

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

16.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Vencimento inicial | Vencimento final | pagamento de Juros | Taxa efetiva a.a (%) | Tipo de amortização | Quantidade de títulos | Finalidade |
|---------------------|-------------------|-----------------|--------------------|------------------|--------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|
| 1ª Série 8ª emissão | 600.000 | 30/05/2022 | 17/05/2030 | 17/05/2032 | Semestral | IPCA + 6,21% a.a. | Anual | 600 | Reperfilamento de dívidas |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Vencimento inicial | Vencimento final | pagamento de Juros | Taxa efetiva a.a (%) | Tipo de amortização | Quantidade de títulos | Finalidade |
|---------------------|-------------------|-----------------|--------------------|------------------|--------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|--|
| 1ª Série 5ª emissão | 350.000 | 15/12/2017 | 15/12/2021 | 15/12/2022 | Semestral | CDI+0,80% a.a | Anual | 175 | Implementação de programas de investimento |
| 2ª Série 5ª emissão | 150.000 | 15/12/2017 | 15/12/2023 | 15/12/2024 | Semestral | IPCA + 6,0013% a.a. | Anual | 150 | Implementação de programas de investimento |
| 1ª Série 6ª emissão | 40.000 | 15/06/2018 | 15/06/2023 | 15/06/2023 | Semestral | CDI+0,95% a.a | Bullet | 40 | Implementação de programas de investimento |
| 2ª Série 6ª emissão | 270.000 | 15/06/2018 | 15/06/2024 | 15/06/2025 | Semestral | IPCA + 6,1965% a.a. | Anual | 270 | Implementação de programas de investimento |
| 1ª Série 7ª emissão | 350.000 | 15/03/2019 | 15/03/2022 | 15/03/2023 | Semestral | CDI+0,5% a.a | Anual | 350 | Reperfilamento de dívidas |
| 2ª Série 7ª emissão | 300.000 | 15/03/2019 | 15/03/2024 | 15/03/2024 | Anual | IPCA + 4,50% a.a. | Bullet | 300 | Reperfilamento de dívidas |

16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

| | 31.12.2022 | | 31.12.2021 | |
|-----------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| Moeda Nacional | | | | |
| CDI | 222.112 | 13% | 399.771 | 21% |
| IPCA | 1.541.480 | 87% | 1.542.966 | 79% |
| Total | 1.763.592 | 100% | 1.942.737 | 100% |

16.4. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

| | 2024 | 2025 | Após 2025 | Total |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| 2ª Série 5ª emissão | 98.650 | - | - | 98.650 |
| 2ª Série 6ª emissão | 214.438 | 135.000 | - | 349.438 |
| 2ª Série 7ª emissão | 376.384 | - | - | 376.384 |
| 1ª Série 8ª emissão | - | - | 623.401 | 623.401 |
| (-) Custo de transação | (21.694) | - | - | (21.694) |
| Total a amortizar | 667.778 | 135.000 | 623.401 | 1.426.179 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

| Indexador | 31.12.2022 |
|-----------------------|------------|
| | % |
| Moeda Nacional | |
| CDI * | 8% |
| IPCA * | -8% |
| SELIC * | 0% |

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

16.6. Movimentações das debêntures:

| | Circulante | Não circulante | Total |
|--|----------------|------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 190.570 | 1.343.013 | 1.533.583 |
| Atualização monetária | - | 85.004 | 85.004 |
| Amortizações | (175.000) | - | (175.000) |
| Encargos provisionados | 82.569 | - | 82.569 |
| Encargos pagos | (75.067) | - | (75.067) |
| Transferências | 345.394 | (345.394) | - |
| Apropriação custo de transação | 2.864 | - | 2.864 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 371.330 | 1.082.623 | 1.453.953 |
| Captações | - | 600.000 | 600.000 |
| Atualização monetária | - | 53.687 | 53.687 |
| Amortizações | (350.000) | - | (350.000) |
| Encargos provisionados | 52.109 | 71.510 | 123.619 |
| Encargos pagos | (53.799) | (66.262) | (120.061) |
| Marcação a Mercado Dívida | - | 18.629 | 18.629 |
| Transferências | 313.724 | (313.724) | - |
| Constituição custo de transação | - | (20.284) | (20.284) |
| Apropriação custo de transação | 4.049 | - | 4.049 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 337.413 | 1.426.179 | 1.763.592 |

17. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | Vencimento | Média ponderada de meses remanescentes | Tipo de Amortização | Encargos Financeiros |
|-------------------------------------|---------------|---------------|------------|--|---------------------|------------------------------|
| <u>Obrigações por arrendamento:</u> | | | | | | |
| Terrenos | 644 | 351 | 02/10/2024 | 13 | Mensal | de 5,37% a.a até 13,69% a.a |
| Imóveis | 31.062 | 2.153 | 02/11/2031 | 54 | Mensal | de 0,00% a.a até 20,01% a.a |
| Veículos | 5.893 | 18.082 | 26/10/2024 | 13 | Mensal | de 11,49% a.a até 11,73% a.a |
| Total | 37.599 | 20.586 | | | | |
| Circulante | 9.959 | 14.200 | | | | |
| Não circulante | 27.640 | 6.386 | | | | |
| | 37.599 | 20.586 | | | | |

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

| | 31.12.2022 | | |
|---|---------------|-----------------|---------------|
| | Principal | Juros | Total |
| Até um ano - 2023 | 14.617 | (4.658) | 9.959 |
| Posterior a um ano, porém menor que cinco anos | 43.416 | (15.776) | 27.640 |
| Até 2 anos - 2024 | 7.672 | (3.905) | 3.767 |
| Até 3 anos - 2025 | 6.386 | (3.442) | 2.944 |
| Até 4 anos - 2026 | 6.281 | (2.977) | 3.304 |
| 2027 em diante | 23.077 | (5.452) | 17.625 |
| Total circulante e não circulante | 58.033 | (20.434) | 37.599 |

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | Moeda Nacional | | |
|--|----------------|----------------|-----------------|
| | Circulante | Não circulante | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 2.944 | 1.325 | 4.269 |
| Adições | - | 23.548 | 23.548 |
| Pagamentos de principal | (7.231) | - | (7.231) |
| Pagamentos de juros | (425) | - | (425) |
| Transferências | 18.487 | (18.487) | - |
| Encargos provisionados | 425 | - | 425 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 14.200 | 6.386 | 20.586 |
| Adições | - | 52.197 | 52.197 |
| Remensuração | - | (11.859) | (11.859) |
| Pagamentos de principal | (20.317) | - | (20.317) |
| Pagamentos de juros | (9.121) | - | (9.121) |
| Transferências | 19.084 | (19.084) | - |
| Encargos provisionados | 6.113 | - | 6.113 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 9.959 | 27.640 | 37.599 |

18. Obrigações fiscais**18.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar**

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | |
| Imposto de renda - IRPJ (a) | 34.909 | 13.131 |
| Contribuição social - CSLL a pagar (a) | 33.155 | 3.153 |
| Total | 68.064 | 16.284 |

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos (saldos a compensar), pois no exercício de 2022 a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral – vide nota explicativa nº 8.

18.2. Outras obrigações fiscais

| | 31.12.2022 | | | 31.12.2021 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Obrigações fiscais federais | | | | | | |
| REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c) | - | - | - | 638 | 1.169 | 1.807 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 29.696 | - | 29.696 | 18.209 | - | 18.209 |
| Programa de integração social - PIS | 6.342 | - | 6.342 | 3.928 | - | 3.928 |
| PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte) | 3.903 | - | 3.903 | 8.202 | - | 8.202 |
| Outros tributos e contribuições | 191 | - | 191 | - | - | - |
| Subtotal - Federais | 40.132 | - | 40.132 | 30.977 | 1.169 | 32.146 |
| Obrigações fiscais estaduais | | | | | | |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b) | 163.057 | 1.971 | 165.028 | 190.366 | - | 190.366 |
| Refis Parcelamento ICMS | 633 | - | 633 | 6.841 | - | 6.841 |
| Subtotal - Estaduais | 163.690 | 1.971 | 165.661 | 197.207 | - | 197.207 |
| Obrigações fiscais municipais | | | | | | |
| Imposto sobre serviços - ISS | 3.055 | - | 3.055 | 5.016 | - | 5.016 |
| Outros tributos e contribuições | 7 | - | 7 | 8 | - | 8 |
| Subtotal - Municipais | 3.062 | - | 3.062 | 5.024 | - | 5.024 |
| Total outros tributos a pagar | 206.884 | 1.971 | 208.855 | 233.208 | 1.169 | 234.377 |

(b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 163.057 (R\$ 190.366 em 31 de dezembro de 2021), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não possui saldos a pagar, tendo liquidado a operação integralmente. As parcelas eram atualizadas mensalmente pela SELIC.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | REFIS IV FEDERAL | REFIS IV FEDERAL |
| Saldo inicial | 1.807 | 4.719 |
| (-) Pagamento principal | (436) | (1.541) |
| (-) Pagamento juros | (1.543) | (1.543) |
| (+) Atualização | 172 | 172 |
| Saldo final | - | 1.807 |
| | | |
| Circulante | - | 638 |
| Não circulante | - | 1.169 |
| Total do passivo | - | 1.807 |

19. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---------------|----------------|
| Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a) | - | 14.938 |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 51.745 | 40.686 |
| Programa de Eficiência Energética (PEE) | 39.555 | 47.575 |
| Outros | 3.349 | 3.208 |
| Total | 94.649 | 106.407 |
| | | |
| Circulante | 75.156 | 98.371 |
| Não Circulante | 19.493 | 8.036 |

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 3. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 723.724.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante total compensado acumulado de R\$ 779.708. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante compensado foi de R\$ 323.717 (R\$ 290.130 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|----------------|------------------|
| PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar | | |
| Ativo circulante | 429.790 | 473.748 |
| Ativo não circulante | 353.890 | 571.894 |
| Total do Ativo | 783.680 | 1.045.642 |
| PIS/COFINS - consumidores a restituir | | |
| Passivo circulante | 429.790 | 473.748 |
| Passivo não circulante | 378.607 | 997.855 |
| Total do Passivo | 808.397 | 1.471.603 |

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | Ativo | Passivo |
|--|------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.309.965 | 1.446.312 |
| Atualizações | 25.807 | 25.807 |
| Compensações | (290.130) | - |
| Outros | - | (516) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.045.642 | 1.471.603 |
| Atualizações | 68.195 | 68.195 |
| Compensações | (323.717) | - |
| Devolução aos consumidores | - | (723.724) |
| Outros | (6.440) | (7.677) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 783.680 | 808.397 |

21. Obrigações com benefício pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

i. Plano de Contribuição Definida (CD)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

ii. Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

iii. Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Companhia testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|---------------|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 1.196.708 | 1.256.967 |
| Valor justo dos ativos do plano | (1.340.151) | (1.300.235) |
| Efeito do limite para reconhecimento do ativo | 233.833 | 132.583 |
| Obrigação registrada com benefícios pós-emprego | 90.390 | 89.315 |

b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos atos das disposições constitucionais transitórias.

| | Benefício Definido | Contribuição Definida | Plano Médico | FGTS na aposentadoria | Total |
|--|--------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | - | 76.941 | 34.987 | 111.928 |
| Custo do serviço corrente | (10) | 145 | 340 | 1.404 | 1.879 |
| Custo dos juros líquidos | (11) | (7) | 5.465 | 1.323 | 6.770 |
| Contribuições reais do empregador | (95) | (222) | (4.771) | (5.764) | (10.852) |
| Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial | 116 | 84 | (14.022) | (6.588) | (20.410) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - | - | 63.953 | 25.362 | 89.315 |
| Custo do serviço corrente | (608) | (39) | 260 | 1.031 | 644 |
| Custo dos juros líquidos | (25) | (10) | 5.760 | 1.823 | 7.548 |
| Contribuições reais do empregador | (55) | (293) | (6.134) | (3.700) | (10.182) |
| Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial | 688 | 342 | 2.960 | (925) | 3.065 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - | - | 66.799 | 23.591 | 90.390 |
| | | | | Circulante | 1.044 |
| | | | | Não Circulante | 89.346 |

Atualmente os planos BD e CD apresentam um superávit atuarial total de R\$ 233.833 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 90.390 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021) atestado por avaliação independente.

c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|------------------|------------------|
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.256.967 | 1.412.549 |
| Custo dos serviços correntes | 644 | 1.879 |
| Contribuição dos empregados | 489 | 1.318 |
| Custos dos juros | 113.281 | 98.834 |
| Benefícios pagos | (109.902) | (86.595) |
| Perda atuarial | (64.771) | (171.018) |
| Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício | 1.196.708 | 1.256.967 |

d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|------------------|------------------|
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.300.234 | 1.377.248 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | 118.313 | 97.630 |
| Contribuições dos empregados | 489 | 1.318 |
| Contribuições do empregador | 10.183 | 10.852 |
| Benefícios pagos | (109.902) | (86.595) |
| Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano | 20.834 | (100.219) |
| Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício | 1.340.151 | 1.300.234 |

e) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|---------------|----------------|
| Saldo do início do exercício | 89.315 | 111.928 |
| Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial | 644 | 1.879 |
| Juro líquidos conforme laudo atuarial | 7.548 | 6.770 |
| Pagamento de contribuições | (10.182) | (10.852) |
| Ajustes de avaliação atuarial | 3.065 | (20.410) |
| Saldo do final do exercício | 90.390 | 89.315 |

f) Movimentação do efeito de teto do ativo:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|----------------|----------------|
| Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício | 132.583 | 76.627 |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido | 12.581 | 5.566 |
| Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente | 88.669 | 50.390 |
| | 233.833 | 132.583 |

g) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|--------------|--------------|
| Custo do serviço corrente bruto | 644 | 1.879 |
| Custo do serviço líquido | 644 | 1.879 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 113.281 | 98.834 |
| Rendimento esperado dos ativos no ano | (118.313) | (97.630) |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido | 12.581 | 5.566 |
| Juros líquidos sobre o passivo | 7.549 | 6.770 |
| Total das despesas no exercício | 8.193 | 8.649 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|----------------|---------------|
| (Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais | 20.834 | (100.219) |
| (Ganho)/Perda sobre os ativos | 64.771 | 171.018 |
| Varição na restrição de reconhecimento do ativo | (88.669) | (50.390) |
| Montante reconhecido no exercício em ORA | (3.064) | 20.409 |

i) Composição dos investimentos do plano por segmento:

| | 31.12.2022 | % | 31.12.2021 | % |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Renda fixa | 1.133.040 | 84,55% | 1.102.713 | 84,81% |
| Renda variável | 79.711 | 5,95% | 86.988 | 6,69% |
| Investimentos imobiliários | 97.716 | 7,29% | 87.345 | 6,72% |
| Outros | 29.684 | 2,21% | 23.187 | 1,78% |
| Total do valor justo dos ativos do plano | 1.340.151 | 100,00% | 1.300.233 | 100,00% |

j) Premissas atuariais utilizadas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| Premissas | Planos BD | Plano CD | Plano Médico | Plano FGTS |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Taxa de desconto | 10,40% | 10,40% | 10,40% | 10,40% |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos | 10,40% | 10,40% | N/A | N/A |
| Taxa de crescimento salarial | 5,04% | 5,04% | N/A | 5,04% |
| Taxa de inflação esperada | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada | 4,00% | 4,00% | N/A | N/A |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua de entrada em invalidez | Alvaro Vindas | Alvaro Vindas | Alvaro Vindas | Alvaro Vindas |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-83 Masculina | AT-83 Masculina | AT-83 Masculina | N/A |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

| Premissas | Plano BD | Plano CD | Plano Médico | Plano FGTS |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Taxa de desconto | 9,46% | 9,30% | 9,46% | 9,36% |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos | 9,46% | 9,30% | N/A | N/A |
| Taxa de crescimento salarial | 5,04% | 5,04% | N/A | 5,04% |
| Taxa de inflação esperada | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada | 4,00% | 4,00% | N/A | N/A |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua de entrada em invalidez | Alvaro Vindas | Alvaro Vindas | Alvaro Vindas | Alvaro Vindas |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-83 Masculina | AT-83 Masculina | AT-83 Masculina | N/A |

k) Estimativa da despesa para o exercício de 2023:

| | |
|---|--------------|
| Custo do serviços correntes | 1.152 |
| Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego | 118.136 |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido | 24.342 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (133.946) |
| Total da despesa projetada para 2023 | 9.684 |

l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

| | Benefício Definido | | Contribuição Definida | | Plano Médico | | Plano de Pensão | |
|---|--------------------|------------------|-----------------------|--------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022 | 1.104.436 | | 1.883 | | 66.799 | | 23.590 | |
| Taxa de Desconto | (+0,50%) | (-0,50%) | (+0,50%) | (-0,50%) | (+0,50%) | (-0,50%) | (+0,50%) | (-0,50%) |
| Impacto da obrigação do benefício definido | (43.140) | 46.531 | (31) | 32 | (942) | 782 | (563) | 46.531 |
| Total da obrigação do benefício definido | 1.061.296 | 1.150.967 | 1.852 | 1.915 | 65.857 | 67.581 | 23.027 | 70.121 |

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo, visto que os referidos aumentos seriam absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).

22. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Apoiada na opinião de seus consultores legais, a Administração da Companhia decidiu que fossem provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

22.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

| | 31.12.2021 | Adições | Reversões | Atualização Monetária | Pagamentos | 31.12.2022 |
|----------------------|----------------|---------------|-----------------|-----------------------|-----------------|----------------|
| Trabalhistas (a) | 35.387 | 21.738 | (9.140) | 5.622 | (6.462) | 47.144 |
| Cíveis (b) | 136.829 | 66.424 | (49.291) | 32.886 | (37.709) | 149.139 |
| Fiscais | 10 | 965 | - | - | (742) | 233 |
| Regulatório (c) | 69.129 | - | (5.468) | 2.063 | (32.182) | 33.542 |
| Sub-total | 241.355 | 89.127 | (63.899) | 40.571 | (77.095) | 230.058 |
| Outros Provisões (d) | 3.987 | - | - | - | (1.835) | 2.152 |
| Total | 245.342 | 89.127 | (63.899) | 40.571 | (78.930) | 232.210 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 31.12.2020 | Adições | Reversões | Atualização Monetária | Pagamentos | 31.12.2021 |
|----------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------------|-----------------|----------------|
| Trabalhistas (a) | 29.733 | 9.427 | (9.092) | 6.810 | (1.491) | 35.387 |
| Cíveis (b) | 121.936 | 44.608 | (36.476) | 37.386 | (30.625) | 136.829 |
| Regulatório (c) | 42.860 | 35.916 | (24.740) | 15.477 | (384) | 69.129 |
| Fiscais (d) | - | 57 | - | - | (47) | 10 |
| Sub-Total | 194.529 | 90.008 | (70.308) | 59.673 | (32.547) | 241.355 |
| Outras Provisões (d) | - | 14.558 | - | - | (10.571) | 3.987 |
| Total | 194.529 | 104.566 | (70.308) | 59.673 | (43.118) | 245.342 |

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Processos regulatórios

Processos regulatórios em fase judicial:

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 5.122, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 4.656, está classificado como perda possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela ENEL em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 2.603.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 22.906. O processo está em discussão no âmbito judicial. O valor restante de R\$ 1.041, está classificado como perda possível.

Processos regulatórios em fase administrativa:

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em dezembro de 2022 é de R\$ 2.890.

- c.5) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 30 de junho de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.
- c.6) Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. Em abril de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da multa para R\$ 26.509. Em maio de 2022, foi realizado o pagamento integral da multa R\$ 28.243, sendo R\$ 26.509, referente ao valor principal e R\$ 1.734 referente a atualização financeira. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

22.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Trabalhistas (a) | 206.571 | 585.523 |
| Cíveis (b) | 2.127.028 | 1.743.513 |
| Fiscais (c) | 1.016.538 | 874.171 |
| Juizados especiais | 1.150 | 2.109 |
| Regulatórios | 5.697 | 25.276 |
| Total | 3.356.984 | 3.230.592 |

a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 45 ações previdenciárias que totalizam R\$ 112.478 em 31 de dezembro de 2022 (41 ações - R\$498.066 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Processos fiscais

c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos totalizam R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 13.206 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.210 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

c3). Temas federais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

22.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica “Depósitos vinculados”, e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas | 19.010 | 18.210 |
| Cíveis | 24.850 | 26.731 |
| Fiscais | 4.151 | 3.857 |
| Total | 48.011 | 48.798 |

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.085.347 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2022 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 171.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | (Em unidades) | (Em unidades) |
| Ações Ordinárias | 48.067.937 | 48.067.937 |
| Ações Preferenciais A | 28.252.700 | 28.252.700 |
| Ações Preferenciais B | 1.534.662 | 1.534.662 |
| Total | 77.855.299 | 77.855.299 |

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



c) Composição acionária

| | Ações preferenciais (em unidade) | | | | Total (em unidades) | | | |
|-----------------------|-------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Classe A | | Classe B | | Total (I) | | (I) + (II) | |
| Enel Brasil S.A. | 10.588.006 | 37,48% | 424 | 0,03% | 10.588.430 | 35,55% | 57.652.675 | 74,05% |
| Eletrobrás | 3.967.756 | 14,04% | 1.531.141 | 99,77% | 5.498.897 | 18,46% | 5.498.897 | 7,06% |
| Outros | 13.696.938 | 48,48% | 3.097 | 0,20% | 13.700.035 | 45,99% | 14.703.727 | 18,89% |
| Total de Ações | 28.252.700 | 100,00% | 1.534.662 | 100,00% | 29.787.362 | 100,00% | 77.855.299 | 100,00% |

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº 10.

h) Destinação de resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 2022 | 2021 |
|--|-----------|-----------|
| Lucro do exercício | 640.570 | 488.587 |
| (-) Incentivo fiscal – SUDENE | (78.982) | (33.615) |
| (+) Reversão de dividendos prescritos | 114 | 63 |
| Lucro ajustado | 561.702 | 455.035 |
| Juros de capital próprio | (137.000) | (117.000) |
| Dividendo mínimo obrigatório | (23.976) | (14.309) |
| | 400.726 | 323.726 |
| Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego) | (2.023) | 13.471 |
| Reserva reforço de capital de giro | 398.703 | 337.197 |

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 12 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 131.309, sendo que deste montante foram pagos R\$ 117.000 de juros sobre capital próprio; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 337.197. Do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$ 171.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

Aprovação de pagamento de Juros sobre Capital Próprio - TJLP

Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2021, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada até 1 de julho de 2022, no montante de até R\$ 95.000. E em 7 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou também o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 42.000. Os pagamentos foram efetivados em dezembro de 2022.

i) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

24. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Numerador (em R\$ mil) | | |
| Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | | |
| Lucro disponível aos acionistas ordinários | 395.489 | 301.654 |
| Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A | 232.455 | 177.302 |
| Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B | 12.627 | 9.631 |
| | <u>640.570</u> | <u>488.587</u> |
| Denominador (em unidades de ações) | | |
| Número de ações ordinárias | 48.067.937 | 48.067.937 |
| Número de ações preferenciais - Classe A | 28.252.700 | 28.252.700 |
| Número de ações preferenciais - Classe B | 1.534.662 | 1.534.662 |
| | <u>77.855.299</u> | <u>77.855.299</u> |
| Percentual por ação | | |
| Ações ordinárias | 61,7401% | 61,7401% |
| Ações preferenciais - classe A | 36,2887% | 36,2887% |
| Ações preferenciais - classe B | 1,9712% | 1,9712% |
| Resultado básico e diluído por ação (em R\$) | | |
| Ação ordinária | 8,2277 | 6,2756 |
| Ação preferencial - Classe A | 8,7214 | 6,6521 |
| Ação preferencial - Classe B | 9,0505 | 6,9031 |

25. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | Número de unidades consumidoras faturadas (*) | MWh (*) | R\$ | Número de unidades consumidoras faturadas (*) | MWh (*) | R\$ |
|--|---|-------------------|--------------------|---|-------------------|--------------------|
| Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica | | | | | | |
| Classe de consumidores: | | | | | | |
| Residencial | 3.353.499 | 5.006.374 | 3.184.518 | 3.294.771 | 5.177.882 | 3.416.005 |
| Industrial | 5.767 | 515.231 | 919.833 | 5.963 | 562.931 | 855.759 |
| Comercial | 181.293 | 1.509.206 | 1.653.629 | 181.583 | 1.533.878 | 1.497.500 |
| Rural | 532.646 | 1.180.465 | 763.059 | 570.546 | 1.278.020 | 786.021 |
| Poder público | 31.267 | 656.746 | 618.403 | 31.318 | 540.828 | 487.400 |
| Iluminação pública | 11.658 | 637.079 | 347.347 | 11.626 | 652.788 | 323.583 |
| Serviço público | 8.732 | 285.814 | 273.871 | 8.634 | 306.312 | 245.946 |
| Suprimento e revenda | 2 | 12.164 | 1.161 | 2 | 11.811 | 987 |
| Transferência para atividades de distribuição | - | - | (3.595.108) | - | - | (3.182.383) |
| Fornecimento faturado | 4.124.864 | 9.803.079 | 4.166.713 | 4.104.443 | 10.064.450 | 4.430.818 |
| Outras receitas - originadas de contratos com clientes | | | | | | |
| Fornecimento não faturado | - | - | 417.084 | - | - | 389.575 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo) | - | - | 3.595.108 | - | - | 3.182.383 |
| (-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres | - | - | (41.337) | - | - | (27.881) |
| Total receitas - originadas de contratos com clientes | 4.124.864 | 9.803.079 | 8.137.568 | 4.104.443 | 10.064.450 | 7.974.895 |
| Outras receitas | | | | | | |
| Ativo e passivo financeiro setorial | - | - | 660.445 | - | - | 1.455.569 |
| Subvenção baixa renda | - | - | 295.596 | - | - | 205.934 |
| Subvenção de recursos da CDE | - | - | 250.201 | - | - | 250.764 |
| Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda | 701 | 2.759.651 | 473.786 | 590 | 2.588.738 | 366.206 |
| Receita de construção | - | - | 1.958.301 | - | - | 1.157.874 |
| Venda de Energia Excedente - MVE | - | - | 70.591 | - | - | 248.579 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | - | - | 191.043 | - | - | 328.258 |
| Outras receitas | - | - | 175.013 | - | - | 151.819 |
| Total outras receitas | 701 | 2.759.651 | 4.074.976 | 590 | 2.588.738 | 4.165.003 |
| Receita operacional bruta | 4.125.565 | 12.562.730 | 12.212.544 | 4.105.033 | 12.653.188 | 12.139.898 |
| Deduções da receita operacional bruta | | | | | | |
| ICMS | - | - | (1.872.677) | - | - | (2.022.316) |
| COFINS - corrente | - | - | (638.646) | - | - | (677.160) |
| PIS - corrente | - | - | (138.653) | - | - | (147.015) |
| Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE | - | - | (63.232) | - | - | (65.317) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | (565.767) | - | - | (357.695) |
| Encargos do consumidor - CCRBT | - | - | (348.231) | - | - | (746.808) |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | - | - | (10.330) | - | - | (7.636) |
| ISS | - | - | (6.704) | - | - | (6.444) |
| Total das deduções da receita operacional bruta | - | - | (3.644.240) | - | - | (4.030.391) |
| Receita operacional líquida | 4.125.565 | 12.562.730 | 8.568.304 | 4.105.033 | 12.653.188 | 8.109.507 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

25.1. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 25.3.

25.2. Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

25.3. Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

25.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

25.5. Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

25.6. Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Créditos a receber – subvenção e Outros" - vide nota explicativa nº 7.

25.7. Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

25.8. Impostos sobre vendas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv e 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – entre 2% e 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

| | 2022 | | | | | 2021 | | | | | | |
|--|--------------------|-------------------|-----------------------------------|--|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------------|--|---------------|--------------------|
| | Custo do serviço | Despesa de vendas | Despesas gerais e Administrativas | Perda por redução ao valor recuperável | Outras | Total | Custo do serviço | Despesa de vendas | Despesas gerais e Administrativas | Perda por redução ao valor recuperável | Outras | Total |
| Pessoal | (120.411) | - | (42.023) | - | - | (162.434) | (130.919) | - | (44.913) | - | - | (175.832) |
| Material | (31.920) | - | (4.190) | - | - | (36.110) | (24.072) | - | 337 | - | - | (23.735) |
| Serviços de terceiros | (553.391) | (9.689) | (54.526) | - | - | (617.606) | (501.975) | (10.875) | (44.363) | - | - | (557.213) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (3.330.380) | - | - | - | - | (3.330.380) | (3.650.748) | - | - | - | - | (3.650.748) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (715.625) | - | - | - | - | (715.625) | (979.938) | - | - | - | - | (979.938) |
| (-) Ajustes referente ao alívio retroativo | - | - | - | - | - | - | 7.136 | - | - | - | - | 7.136 |
| Depreciação e amortização | (352.940) | - | (26.609) | - | - | (379.549) | (307.890) | - | (8.408) | - | - | (316.298) |
| Custo na desativação de bens | (4.036) | - | - | - | - | (4.036) | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | (113.124) | - | (113.124) | - | - | - | (188.552) | - | (188.552) |
| Perda de recebíveis de clientes | - | - | - | (13.055) | - | (13.055) | - | - | - | (62.978) | - | (62.978) |
| Custo de construção | (1.958.301) | - | - | - | - | (1.958.301) | (1.157.874) | - | - | - | - | (1.157.874) |
| Provisão para processos judiciais e outros riscos | - | - | (21.848) | - | - | (21.848) | - | - | (19.700) | - | - | (19.700) |
| Outras despesas operacionais | (63.977) | - | (66.004) | - | (225) | (130.206) | (40.369) | - | (71.326) | - | - | (111.695) |
| Receita de multas por imp pontualidade de clientes | - | - | - | - | 83.914 | 83.914 | - | - | - | - | 42.075 | 42.075 |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | - | 54.998 | 54.998 | - | - | - | - | 5.039 | 5.039 |
| Subtotal | (7.130.981) | (9.689) | (215.200) | (126.179) | 138.687 | (7.343.362) | (6.786.648) | (10.875) | (188.373) | (251.530) | 47.114 | (7.190.312) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.1. Custo do serviço de energia elétrica

a) Energia elétrica comprada para revenda

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------------|--------------------|
| Custo com energia elétrica comprada para revenda | | |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF | (1.116.726) | (1.581.487) |
| CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica | (156.440) | 36.103 |
| CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado | (1.644.757) | (1.426.448) |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA | (161.235) | (100.223) |
| Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear | (139.422) | (93.343) |
| Cotas de garantia física | (361.612) | (334.721) |
| Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER | - | 82.461 |
| Risco Hidrológico (i) | (47.999) | (572.285) |
| Exposição Involuntária | - | (23.226) |
| Outros | (18.713) | 3.347 |
| (-) Crédito de PIS e COFINS | 316.524 | 359.074 |
| Subtotal | (3.330.380) | (3.650.748) |

- i. Referente a variação do risco hidrológico: houve a redução da provisão de risco hidrológico devido à melhora do cenário hidrológico no período fazendo com que as geradoras hidroelétricas operem acima da sua garantia física gerando menores valores provisionados para dezembro de 2022.

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Encargo de uso do sistema de transmissão | | |
| Rede básica | (479.323) | (432.541) |
| Encargos de conexão | (48.822) | (47.567) |
| (-) Crédito de PIS e COFINS | 113.485 | 166.872 |
| (-) Ajustes referente ao alívio retroativo | - | 7.136 |
| Encargo do serviço do sistema - ESS/EER | (300.965) | (666.702) |
| Total | (715.625) | (972.802) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicação financeira | 29.930 | 7.026 |
| Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes | 59.861 | 78.542 |
| Marcação a mercado de ativo indenizável | - | - |
| Reversão de atualização de CDE | - | - |
| Variação monetária de ativos financeiros setoriais | 265.295 | 57.236 |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado | - | - |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros | - | - |
| Juros fundo de pensão | 35 | 18 |
| Outras receitas financeiras | 15.588 | 23.094 |
| (-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras | (17.562) | (7.906) |
| Subtotal | 353.147 | 158.010 |
| Despesas financeiras | | |
| Variação monetária de dívidas | (17.911) | (32.949) |
| Vanação monetária de debêntures | (53.687) | (85.004) |
| Encargos de dívidas | (149.262) | (51.469) |
| Juros debêntures | (123.619) | (82.569) |
| Encargos fundo de pensão | (7.583) | (6.788) |
| Variação monetária de passivos financeiros setoriais | (118.245) | (38.194) |
| Atualização de provisão para processos judiciais e outros | (40.571) | (59.673) |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado | (36.039) | - |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros | (150.350) | (34.766) |
| Dívida - Marcação a mercado | (28.380) | - |
| Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual | 182 | 295 |
| Atualizações de impostos | (5.007) | (4.453) |
| Atualização P&D/PEE | (3.067) | (2.511) |
| IOF/IOC | (9.937) | (1.130) |
| Apropriação custo de transação | (4.049) | (2.864) |
| Comissão de fiança e seguro garantia | (5.131) | (4.731) |
| Encargos de mútuos | - | - |
| Juros em arrendamento | (6.113) | (425) |
| Custos pré-pagamento - BNDES | - | - |
| Outras despesas financeiras | (21.830) | (14.473) |
| Subtotal | (780.599) | (421.704) |
| Variações cambiais de dívidas | 74.692 | (82.183) |
| Variações cambiais de outras operações | 2.255 | (3.751) |
| Subtotal das variações cambiais líquidas | 7.062 | (5.332) |
| Total do resultado financeiro | (420.390) | (269.026) |

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

| | 31.12.2022 | | 31.12.2021 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| a) Composição dos tributos no resultado: | | | | |
| Na rubrica de tributos: | | | | |
| Correntes | (196.101) | (70.855) | (157.250) | (62.323) |
| Diferidos | 17.611 | 6.381 | 13.730 | 10.646 |
| Incentivo fiscal | 78.982 | - | 33.615 | - |
| Total | (99.508) | (64.474) | (109.905) | (51.677) |
| b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa: | | | | |
| Resultado antes dos tributos | 804.552 | 804.552 | 650.169 | 650.169 |
| Adições: | | | | |
| Gratificação a administradores | 2.083 | 2.083 | 18.860 | 18.860 |
| Doações | 223 | 223 | 187 | 187 |
| Perdão de Dívida Indedutível | 46.439 | 46.439 | 25.397 | 25.397 |
| Outras despesas indedutíveis | - | - | (117.000) | (117.000) |
| Juros sob capital Próprio (JSCP) | (137.000) | (137.000) | - | - |
| Total das adições | (88.255) | (88.255) | (72.556) | (72.556) |
| Base de cálculo | 716.297 | 716.297 | 577.613 | 577.613 |
| Alíquota nominal dos tributos | 15% | 9% | 15% | 9% |
| Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês | 10% | | 10% | |
| Despesa com tributos às alíquotas nominais | (179.050) | (64.467) | (144.379) | (51.985) |
| Incentivos fiscais | 79.567 | - | 33.615 | - |
| Ajustes de períodos anteriores | (25) | (7) | 859 | 308 |
| Total da despesa com tributos | (99.508) | (64.474) | (109.905) | (51.677) |
| Alíquota efetiva | 12,37% | 8,01% | 16,90% | 7,95% |

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

| | Balancos Patrimoniais | | Resultado | | Outros resultados a bangentes | |
|---|-----------------------|------------------|-----------------|-----------------|-------------------------------|----------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Tributos diferidos ativos: | | | | | | |
| Provisões para processos judiciais e outros riscos | 78.220 | 82.061 | (3.841) | 13.280 | - | - |
| Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa | 214.417 | 171.516 | 42.901 | 87.750 | - | - |
| Provisão perda de bens | 1.805 | 1.805 | - | - | - | - |
| Benefício pós-emprego | 60.582 | 59.541 | - | - | 1.042 | (6.938) |
| Instrumentos financeiros derivativos - PL | 45.222 | 3.262 | 38.051 | - | 3.909 | 2.541 |
| Arrendamento - CPC 06 (R2) | 698 | 369 | 329 | (180) | - | - |
| Outras provisões | 41.879 | 34.862 | 7.017 | 14.675 | - | - |
| Total dos diferidos ativos | 442.823 | 353.416 | 84.457 | 115.525 | 4.951 | (4.397) |
| Tributos diferidos passivos: | | | | | | |
| Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC) | (1.392) | (1.434) | 42 | 46 | - | - |
| Ativo indenizável (concessão) | (361.233) | (294.160) | (67.073) | (113.157) | - | - |
| Desreconhecimento de passivo regulatório | 2.092 | - | 2.092 | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos - PL | - | (44) | 44 | 27.663 | - | (44) |
| Instrumentos financeiros derivativos - Resultado | (1.271) | (5.701) | 4.430 | (5.701) | - | - |
| Total dos diferidos passivos | (361.804) | (301.339) | (60.465) | (91.149) | - | (44) |
| Ativo fiscal diferido, líquido | 81.019 | 52.077 | | | | |
| | | | 23.992 | 24.376 | 4.951 | (4.441) |
| Realização do benefício fiscal da incorporação | | | - | - | | |
| Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos | | | 23.992 | 24.376 | | |

(b.2) Estimativa de realização

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| Ano de realização | 31.12.2022 |
|-------------------|----------------|
| 2023 | 226.077 |
| 2024 | 7.822 |
| 2025 | 7.822 |
| 2026 | 7.822 |
| 2027 a 2029 | 109.233 |
| 2030 a 2032 | 84.047 |
| Total | 442.823 |

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o benefício apurado foi de R\$ 78.982 (R\$ 33.615 em 31 de dezembro de 2021) reconhecido no patrimônio líquido como reservas de incentivos fiscais.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

29.1. Controladora (Enel Brasil)

| Parte relacionada | Vigência | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|-------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| | | Passivo | Passivo | Despesa | Despesa |
| Prestação de serviços técnicos e gestão | Março de 2020 a Março de 2025 | (74.589) | (31.297) | - | - |
| Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações | Fevereiro de 2024 | (84.852) | (59.588) | - | - |
| Dividendos | Dezembro de 2022 a dezembro de 2023 | (167.456) | (156.860) | - | - |
| Comissão de Fiança | Julho de 2019 a abril 2028 | (1.401) | (484) | - | (2.699) |
| Mútuo | Julho de 2022 a janeiro de 2023 | (150.775) | (212.213) | (38.021) | - |
| Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura | Fevereiro de 2024 | (28.532) | (5.362) | - | - |
| TOTAL DE PARTES RELACIONADAS | | (507.605) | (465.804) | (38.021) | (2.699) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29.2. Empresas em controle comum

| Natureza da transação / Parte relacionada | Vigência | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|--|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | | Ativo (Passivo) | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) | Receita (Despesa) |
| Benefícios pós-emprego | | (66.799) | (63.953) | - | (8.649) |
| Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE | Até o final da concessão | (66.799) | (63.953) | - | (8.649) |
| Comissão | | - | 843 | 848 | 840 |
| ENEL X Brasil S.A. | Novembro de 2018 a Novembro de 2023 | - | 843 | 848 | 840 |
| Prestação de serviços de desenvolvimento | | (230) | (1.884) | - | (1.159) |
| ENEL X Brasil S.A. | Novembro de 2018 a Novembro de 2023 | (230) | (1.884) | - | (1.159) |
| Multa contratual | | (106) | - | (206) | - |
| ENEL X Brasil S.A. | Novembro de 2018 a Novembro de 2023 | (106) | - | (206) | - |
| Suprimento de energia - CCEAR | | (814) | (188.831) | (1.132.475) | (1.595.608) |
| ENEL Green Power Projetos I S.A. | | - | (744) | (9.438) | (8.348) |
| ENEL Geração Fortaleza - CGTF * | | - | (187.266) | (1.116.726) | (1.581.487) |
| ENEL Green Power Paranapanema | | (100) | (97) | (1.140) | (1.057) |
| ENEL Green Power Mourão | | (28) | (28) | (328) | (305) |
| ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A. | Até o final da concessão | (119) | (106) | (799) | (726) |
| ENEL Green Power Fazenda S.A. | | (70) | (60) | (535) | (486) |
| ENEL Green Power Salto Apiacas S.A. | | (196) | (175) | (1.318) | (1.198) |
| ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A. | | (156) | (142) | (1.136) | (1.038) |
| ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. | | (145) | (213) | (1.055) | (963) |
| Encargo de uso do sistema de transmissão | | (343) | 818 | (4.088) | (3.547) |
| ENEL CIEN S.A. | Até o final da concessão | (343) | 818 | (4.088) | (3.547) |
| Consumo Próprio | | - | - | 64 | 55 |
| ENEL Geração Fortaleza - CGTF * | Até o final da concessão | - | - | 64 | 55 |
| Mútuo | | (801.543) | (515.237) | (80.910) | (28.860) |
| ENEL Finance International N.V. | março de 2021 a março de 2025 | (526.661) | (515.237) | (76.630) | (28.860) |
| ENEL Finance International N.V. II | dezembro de 2022 a junho de 2023 | (274.882) | - | (4.280) | - |
| Reembolso expatriados | | (1.281) | (1.313) | (381) | (1.250) |
| ENEL SPA | | 670 | 670 | - | - |
| Enel Colombia S.A. E.S.P | | (82) | (87) | - | 94 |
| ENEL Itália | | (102) | - | (122) | 271 |
| ENEL AMERICAS | Até o final da concessão | (586) | (618) | 32 | (174) |
| Enel Global Services S.r.l. | | 200 | - | 200 | - |
| Enel Grids S.r.l. | | (1.381) | (1.278) | (491) | (1.441) |
| Venda de ativo imobilizado | | (9.977) | - | - | - |
| ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO | Dezembro de 2023 | (9.977) | - | - | - |
| Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM | | (803) | (899) | - | - |
| Enel Iberia SRL | | (803) | (899) | - | - |
| Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura | | (9.533) | (13.497) | - | - |
| ENEL Distribuição Rio - AMPLA | | (2.404) | (2.404) | - | - |
| ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO | | (7.052) | (6.462) | - | - |
| ENEL CIEN S.A. | | 845 | (278) | - | - |
| ENEL Distribuição Goiás - CELG D ** | Fevereiro de 2024 | - | 1.810 | - | - |
| ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A. | | (1.383) | (1.383) | - | - |
| ENEL Geração Fortaleza - CGTF * | | - | (5.241) | - | - |
| ENEL Green Power Projetos I S.A. | | 461 | 461 | - | - |
| | | (891.429) | (783.953) | (1.217.148) | (1.638.178) |
| | (-) Benefícios pós-emprego | (66.799) | (63.953) | - | (8.649) |
| TOTAL DE PARTES RELACIONADAS | | (824.630) | (720.000) | (1.217.148) | (1.629.529) |

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Suprimento de energia – CCEAR Sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

Abaixo o quadro com o resumo dos saldos de empréstimos com partes relacionadas:

| | 31.12.2022 | | | 31.12.2021 | | |
|---|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | | Não circulante | Circulante | | Não circulante |
| | Encargo | Principal | | Encargo | Principal | |
| Empréstimos com partes relacionadas | | | | | | |
| Enel Finance International N.V. I | 453 | 274.429 | - | 15.237 | - | |
| Mútuos Enel BR | - | 150.775 | - | 1.116 | 211.097 | |
| Enel Finance International N.V. II | 26.661 | - | 500.000 | - | - | |
| Total de Empréstimos com partes relacionadas | 27.114 | 425.204 | 500.000 | 16.353 | 211.097 | |

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|--------------|--------------|
| Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus) | 5.255 | 5.394 |
| Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida) | 67 | 63 |
| Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo) | 437 | 416 |
| Total | 5.759 | 5.873 |

30. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30.1. Instrumentos financeiros

30.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| Rúbrica | Categoria | Nível* | 31.12.2022 | | 31.12.2021 | | |
|--|---|--------|------------------|------------------|------------------|------------------|--|
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo | |
| Ativo | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | Custo amortizado | 2 | 182.558 | 182.558 | 204.316 | 204.316 | |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio de resultado | 2 | 86.900 | 86.900 | 80.648 | 80.648 | |
| Cauções e depósitos | Custo amortizado | 2 | 31.969 | 31.969 | 31.101 | 31.101 | |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | Custo amortizado | 2 | 1.876.431 | 1.876.431 | 1.721.911 | 1.721.911 | |
| Ativos financeiros setoriais | Custo amortizado | 2 | 30.022 | 30.022 | 518.671 | 518.671 | |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 2 | - | - | 43.594 | 43.594 | |
| Ativo financeiro indenizável (concessão) | Valor justo por meio de resultado | 3 | 4.939.453 | 4.939.453 | 3.912.580 | 3.912.580 | |
| Total do ativo | | | 7.147.333 | 7.147.333 | 6.512.821 | 6.512.821 | |
| Passivo | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | Custo amortizado | 2 | 936.194 | 903.395 | 1.045.232 | 833.509 | |
| Debêntures em moeda nacional | Custo amortizado | 2 | 1.135.544 | 1.160.104 | 1.453.953 | 1.462.277 | |
| Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado | Valor justo por meio de resultado | 2 | 628.048 | 628.048 | - | - | |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira | Custo amortizado | 2 | 1.585.760 | 1.468.537 | 1.222.483 | 583.349 | |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado | Valor justo por meio de resultado | 2 | 373.566 | 373.566 | 36.294 | 36.294 | |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 2 | 81.786 | 81.786 | - | - | |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | Valor justo por meio de resultado | 2 | 21.963 | 21.963 | 20.586 | 20.586 | |
| Arrendamentos | Custo amortizado | 2 | 37.599 | 37.599 | - | - | |
| Passivos financeiros setoriais | Custo amortizado | 2 | 186.130 | 186.130 | - | - | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 2 | 1.374.767 | 1.374.767 | 1.410.469 | 1.410.469 | |
| Total do passivo | | | 6.361.357 | 6.235.895 | 5.189.017 | 4.346.484 | |

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

| Contraparte | Data dos contratos | Data de vencimento | Categoria | Indexador ativo | Indexador passivo | Valor nominal |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------------------|---------------|
| Scotiabank III | 06/01/2021 | 06/01/2023 | Cashflow Hedge | USD + 1,225% | CDI + 0,80% | 400.000 |
| BNP II | 01/04/2021 | 28/03/2024 | Cashflow Hedge | USD + 2,14% | CDI + 1,18% | 135.000 |
| BNP III | 01/04/2021 | 28/03/2022 | Cashflow Hedge | USD + 1,57% | CDI + 0,55% | 135.000 |
| Scotiabank IV | 16/07/2021 | 17/07/2023 | Cashflow Hedge | USD + 1,51% | CDI + 1,25% | 210.000 |
| Sumitomo | 15/10/2021 | 15/10/2024 | Cashflow Hedge | USD + 2,1257% | CDI + 1,12% | 278.250 |
| Citibank | 24/03/2022 | 21/03/2025 | Cashflow Hedge | USD SOFR + 0,9059% | CDI + 1,17% | 271.700 |
| Itaú I (8ª Debêntures) | 30/05/2022 | 17/05/2032 | Fair Value Hedge | IPCA + 6,2137% | CDI + 0,83% | 200.000 |
| Itaú II (8ª Debêntures) | 30/05/2022 | 17/05/2032 | Fair Value Hedge | IPCA + 6,2137% | CDI + 0,83% | 150.000 |
| BTG Pactual (8ª Debêntures) | 30/05/2022 | 17/05/2032 | Fair Value Hedge | IPCA + 6,2137% | CDI + 0,78% | 250.000 |
| Scotiabank V | 23/09/2022 | 23/09/2026 | Fair Value Hedge | USD + 5,45% | CDI + 1,62% | 230.000 |
| Scotiabank VI | 21/11/2022 | 21/11/2025 | Fair Value Hedge | USD + 5,45% | CDI + 1,38% | 130.000 |
| ITAU 4131 EFI II | 13/12/2022 | 12/06/2023 | Cashflow Hedge | EURIBOR 3M + 0,94% | CDI + 0,30% | 270.603 |

A movimentação é como segue:

| | Derivativos |
|--|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 64.356 |
| Efeito no resultado financeiro | 45.836 |
| Marcação a mercado no patrimônio líquido | (7.344) |
| Recebimento de principal | (105.750) |
| Pagamento de juros | 10.736 |
| Recebimento de Juros | (534) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 7.300 |
| Efeito no resultado financeiro | (220.235) |
| Marcação a mercado no resultado | (36.039) |
| Marcação a mercado no patrimônio líquido | (11.497) |
| Recebimento de principal | 22.816 |
| Pagamento de juros | 133.906 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (103.749) |

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

| Contraparte | Valor justo (contábil) | Valor da curva | Outros resultados abrangentes | Resultado Financeiro |
|-----------------------------|------------------------|----------------|-------------------------------|----------------------|
| Scotiabank III | (17.062) | (18.018) | 955 | - |
| BNP II | (22.163) | (16.688) | (5.475) | - |
| Scotiabank IV | (15.963) | (12.990) | (2.973) | - |
| Sumitomo | (40.529) | (24.312) | (16.216) | - |
| Citibank | 8.702 | 8.740 | (39) | - |
| Itaú I (8ª Debêntures) | (3.128) | (350) | - | (2.778) |
| Itaú II (8ª Debêntures) | (2.346) | (262) | - | (2.083) |
| BTG Pactual (8ª Debêntures) | (3.218) | (421) | - | (2.797) |
| Scotiabank V | (7.299) | (3.076) | - | (4.223) |
| Scotiabank VI | (5.972) | (4.227) | - | (1.746) |
| ITAU 4131 EFI II | 5.229 | 2.446 | 2.783 | - |
| | (103.749) | (69.158) | (20.965) | (13.627) |

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| Dívida | Taxa de juros contratual a.a. | Total | Categoria |
|---|-------------------------------|----------------|------------------|
| Scotiabank III | USD + 1,225% | 409.263 | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD + 1,225% | (401.367) | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 0,80% | 418.429 | Cashflow hedge |
| | | 17.062 | |
| BNP II | USD + 2,14% | 123.187 | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD + 2,14% | (117.733) | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 1,18% | 139.896 | Cashflow hedge |
| | | 22.163 | |
| Scotiabank IV | USD + 1,51% | 210.852 | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD + 1,51% | (204.577) | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 1,25% | 220.540 | Cashflow hedge |
| | | 15.963 | |
| Sumitomo | USD + 2,1257% | 262.040 | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD + 2,1257% | (245.446) | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 1,12% | 285.975 | Cashflow hedge |
| | | 40.529 | |
| Citibank | USD SOFR + 0,9059% | 290.869 | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD SOFR + 0,9059% | (286.714) | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 1,17% | 278.013 | Cashflow hedge |
| | | (8.701) | |
| 8ª Debêntures | IPCA + 6,2137% | 628.048 | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | IPCA + 6,2137% | (209.349) | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 0,83% | 212.477 | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | IPCA + 6,2137% | (157.012) | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 0,83% | 159.358 | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | IPCA + 6,2137% | (261.687) | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 0,78% | 264.905 | Fair value hedge |
| | | 8.692 | |
| Scotiabank V | USD + 5,45% | 243.000 | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD + 5,45% | (237.936) | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 1,62% | 245.235 | Fair value hedge |
| | | 7.299 | |
| Scotiabank V | USD + 5,45% | 130.566 | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | USD + 5,45% | (127.845) | Fair value hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 1,62% | 133.818 | Fair value hedge |
| | | 5.973 | |
| EFI II - Credit Agreement | | | |
| Operação com instrumento derivativo - ponta ativa | EURIBOR + 0,94% | (278.012) | Cashflow hedge |
| Operação com instrumento derivativo - ponta passiva | CDI + 0,30% | 272.784 | Cashflow hedge |
| | | (5.228) | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

30.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

| | Nota | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | b.1.1 | 182.558 | 204.316 |
| Títulos e valores mobiliários | b.1.1 | 86.900 | 80.648 |
| Instrumentos financeiros derivativos | b.1.1 | - | 7.300 |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | b.1.2 | 1.876.431 | 1.721.911 |
| Ativos financeiros setoriais | b.1.3 | 30.022 | 518.671 |
| Ativo financeiro indenizável (concessão) | b.1.3 | 4.939.453 | 3.912.580 |
| Total de exposição | | 7.115.364 | 6.445.426 |

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

| Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| AAA | 226.935 | 257.086 |
| AA+ | 17.249 | 14 |
| Total geral | 244.184 | 257.100 |

| Instrumentos Financeiros Derivativos | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| AA- | (103.749) | 7.300 |
| Total geral | (103.749) | 7.300 |

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Auditável). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos (Nota 15) | 2.895.520 | 2.267.715 |
| Debentures (Nota 16) | 1.763.592 | 1.453.953 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 30) | 103.749 | (7.300) |
| Dívida | 4.762.861 | 3.714.368 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | (182.558) | (204.316) |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 5) | (86.900) | (80.648) |
| Dívida líquida (a) | 4.493.403 | 3.429.404 |
| Patrimônio líquido (b) (Nota 23) | 3.956.902 | 3.387.355 |
| Índice de endividamento líquido (a/[a+b]) | 53% | 50% |

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 53% (50% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

| | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | Total |
|--|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados | 411.407 | 8.610 | 234.355 | 822.000 | - | 1.476.372 |
| Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados | 4.110 | 16.183 | 46.711 | 528.879 | 16.556 | 612.439 |
| Debêntures | - | 203.344 | 212.322 | 1.041.610 | 795.506 | 2.252.782 |
| Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas | 152.087 | 43.180 | 319.649 | 612.624 | - | 1.127.540 |
| Total | 567.604 | 271.317 | 813.037 | 3.005.113 | 812.062 | 5.469.133 |

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Saldo em 31 de dezembro de 2022

Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)

Total

| Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | Total |
|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|---------|
| 32.712 | 36.464 | 135.232 | 269.089 | 68.568 | 542.065 |
| 32.712 | 36.464 | 135.232 | 269.089 | 68.568 | 542.065 |

b.4) Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

| Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários | 31.12.2022 | % | 31.12.2021 | % |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Selic | 248 | 0,10% | 600 | 0,23% |
| CDI | 243.936 | 99,90% | 256.500 | 99,77% |
| Total | 244.184 | 100,00% | 257.100 | 100,00% |

| Ativo Financeiro Indenizável | 31.12.2022 | % | 31.12.2021 | % |
|------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| IPCA | 4.939.453 | 100,00% | 3.912.580 | 100,00% |
| Total | 4.939.453 | 100,00% | 3.912.580 | 100,00% |

| Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos | 31.12.2022 | % | 31.12.2021 | % |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Taxa fixa | 30.151 | 0,63% | 36.099 | 0,98% |
| TJLP | 668 | 0,01% | 665 | 0,02% |
| CDI | 3.530.976 | 74,14% | 2.483.939 | 66,87% |
| IPCA | 1.194.017 | 25,07% | 1.187.282 | 31,96% |
| Libor | 6.024 | 0,13% | 6.383 | 0,17% |
| USD SOFR | 4.155 | 0,09% | - | 0,00% |
| EURIBOR 3M | (3.130) | -0,07% | - | 0,00% |
| Total | 4.762.861 | 100,00% | 3.714.368 | 100,00% |

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

| Ativos (Passivos) | Risco | Base | Cenários projetados - Mar.2023 | | |
|--|------------------|-------------|--------------------------------|-----------|-----------|
| | | 31.12.2022 | Provável | Adverso | Remoto |
| Caixa, equivalentes de caixa e TVMs | Redução da SELIC | 248 | 33 | 25 | 17 |
| Caixa, equivalentes de caixa e TVMs | Redução do CDI | 243.936 | 32.182 | 24.137 | 16.091 |
| Ativo financeiro indenizável | Redução do IPCA | 4.939.453 | 206.315 | 154.736 | 103.158 |
| Instrumentos financeiros derivados | Alta do CDI | 2.631.428 | 281.343 | 341.869 | 400.799 |
| Instrumentos financeiros derivados | Alta do IPCA | (628.048) | (68.817) | (76.314) | (83.727) |
| Instrumentos financeiros derivados | Alta do Dólar | (1.334.905) | (86.204) | (286.418) | (452.791) |
| Instrumentos financeiros derivados | Alta da USD SOFR | (286.714) | (19.165) | (23.263) | (27.361) |
| Instrumentos financeiros derivados | Alta da EURIBOR | (278.012) | (5.087) | (6.061) | (7.034) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Pré-fixado | 2.064 | 31 | 31 | 31 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta do Dólar | 1.387.551 | 90.489 | 300.422 | 474.871 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da TJLP | 668 | 54 | 65 | 76 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta do CDI | 899.548 | 83.624 | 101.744 | 119.385 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta do IPCA | 1.797.506 | 181.616 | 203.056 | 224.258 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da Libor | 6.024 | 821 | 2.282 | 3.512 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da USD SOFR | 290.869 | 19.165 | 23.263 | 27.361 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da EURIBOR | 274.882 | 5.087 | 6.061 | 7.034 |
| | | | 721.487 | 765.635 | 805.680 |

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17 e 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

| Contrato | Provável | Cenário + 25% | | Cenário + 50% | |
|---|----------------|----------------|-----------------------------|----------------|-----------------------------|
| | | Cenário | Efeito líquido no resultado | Cenário | Efeito líquido no resultado |
| SCOTIABANK 4131 III - COELCE | 171 | 7.855 | 7.684 | 14.241 | 14.070 |
| SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA | (167) | (7.704) | (7.537) | (13.966) | (13.799) |
| SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP | 4.766 | 5.811 | 1.045 | 6.828 | 2.062 |
| BNP 4131 II - COELCE | 10.810 | 38.759 | 27.949 | 61.983 | 51.173 |
| BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA | (10.332) | (37.043) | (26.711) | (59.239) | (48.907) |
| BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP | 19.649 | 23.840 | 4.191 | 27.920 | 8.271 |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE IV | 10.651 | 38.553 | 27.902 | 61.740 | 51.089 |
| SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA | (10.334) | (37.406) | (27.072) | (59.902) | (49.568) |
| SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP | 18.227 | 22.096 | 3.869 | 25.863 | 7.636 |
| Sumitomo 4131 - COELCE | 22.959 | 82.409 | 59.450 | 131.811 | 108.852 |
| Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA | (21.505) | (77.191) | (55.686) | (123.464) | (101.959) |
| Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP | 39.995 | 48.561 | 8.566 | 56.902 | 16.907 |
| CITIBANK 4131 - COELCE | 19.165 | 23.263 | 4.098 | 27.361 | 8.196 |
| CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA | (19.165) | (23.263) | (4.098) | (27.361) | (8.196) |
| CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP | 39.020 | 47.349 | 8.329 | 55.458 | 16.438 |
| DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO | 67.883 | 75.153 | 7.270 | 82.342 | 14.459 |
| DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA | (22.939) | (25.438) | (2.499) | (27.909) | (4.970) |
| DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP | 29.098 | 35.462 | 6.364 | 41.658 | 12.560 |
| DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA | (17.204) | (19.078) | (1.874) | (20.932) | (3.728) |
| DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP | 21.824 | 26.596 | 4.772 | 31.243 | 9.419 |
| DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA | (28.674) | (31.797) | (3.123) | (34.886) | (6.212) |
| DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP | 36.146 | 44.079 | 7.933 | 51.803 | 15.657 |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE V | 29.142 | 84.420 | 55.278 | 130.354 | 101.212 |
| SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA | (28.534) | (82.661) | (54.127) | (127.638) | (99.104) |
| SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP | 35.521 | 42.870 | 7.349 | 50.026 | 14.505 |
| SCOTIABANK 4131 - COELCE VI | 15.658 | 45.359 | 29.701 | 70.041 | 54.383 |
| SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA | (15.332) | (44.414) | (29.082) | (68.581) | (53.249) |
| SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP | 19.076 | 23.086 | 4.010 | 26.989 | 7.913 |
| EFI II - Credit Agreement | 5.087 | 6.061 | 974 | 7.034 | 1.947 |
| ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PA | (5.087) | (6.061) | (974) | (7.034) | (1.947) |
| ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PP | 18.021 | 22.119 | 4.098 | 26.108 | 8.087 |
| Total | 283.596 | 351.645 | 68.049 | 416.793 | 133.197 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

| | 31.12.2022 |
|--|--------------------|
| Passivos em moeda estrangeira | |
| Empréstimos e financiamento | 1.959.326 |
| Exposição patrimonial | 1.959.326 |
| Ponta ativa - instrumentos financeiros | (1.533.850) |
| Exposição líquida | 425.476 |

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



c) Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 4.007.201 em 2023, R\$ 2.561.041 em 2024, R\$ 2.535;583 em 2025, R\$ 2.372.103 em 2026 e R\$ 40.662.016 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

32. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

| Bens Segurados | Riscos | Data de vigência | | Importância segurada | Limite máximo de garantia sinistro |
|-----------------|---|------------------|------------|----------------------|------------------------------------|
| | | De | Até | | |
| Patrimonial (i) | Riscos operacionais | 31/10/2022 | 31/10/2023 | R\$6.946.262 | R\$5.186.149 |
| - | Responsabilidade civil geral | 31/10/2022 | 31/10/2023 | R\$0 | R\$104.946 |
| - | Responsabilidade civil de administradores | 10/11/2022 | 10/11/2023 | R\$0 | R\$77.618 |
| - | Riscos ambientais | 31/10/2022 | 31/10/2023 | N/A | R\$103.723 |
| - | Riscos frota | 14/08/2022 | 14/08/2023 | N/A | R\$1.000 |

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

33. Informações complementares às demonstrações financeiras dos fluxos de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------|-----------|
| Compensações de PIS e COFINS (nota 20) | (323.717) | (290.130) |

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debêntures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais | (251.002) | (106.436) |
| Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados) | (181) | (268) |
| | (251.183) | (106.704) |

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

| Efeito caixa | | | Nota explicativa | |
|--|------------------|------------------|------------------|---|
| Demonstrações do fluxo de caixa | 31.12.2022 | 31.12.2021 | Nº | Descrição |
| Atividades de financiamentos: | | | | |
| Captação de Debêntures | 600.000 | - | 18 | Debêntures |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 1.930.019 | 1.870.050 | 17 | Empréstimos e financiamentos |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) | (1.277.103) | (693.865) | 17 | Empréstimos e financiamentos |
| Pagamentos de arrendamento (principal) | (20.317) | (7.231) | 19 | Obrigações por arrendamentos |
| Recebimentos de instrumento derivativo (principal) | (22.816) | 105.750 | 32 | Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro |
| Parcelamento especial | (436) | (1.541) | 20 | Obrigações fiscais |
| Pagamentos de dividendos | (140.608) | (199.501) | | Conforme demonstrado no quadro a seguir |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos | 1.068.739 | 1.073.662 | | |

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

| | | Efeito não caixa | | | | Efeito caixa | | |
|---------------------------|----------------|---------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|--|
| 31.12.2021 | | Dividendos adicionais propostos | Dividendos prescritos | Dividendos mínimos | Juros de Capital próprio | Dividendos pagos | 31.12.2022 | |
| Dividendos a pagar | 171.729 | - | (114) | 23.976 | 137.000 | (140.608) | 191.982 | |
| | | Efeito não caixa | | | | Efeito caixa | | |
| 31.12.2020 | | Dividendos adicionais propostos | Dividendos prescritos | Dividendos mínimos | Juros de Capital próprio | Dividendos pagos | 31.12.2021 | |
| Dividendos a pagar | 130.276 | 109.708 | (63) | 14.309 | 117.000 | (199.501) | 171.729 | |

34. Eventos subsequentes

34.1. Novo contrato de mútuo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 3 de janeiro de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de R\$ 508.182. O desembolso ocorreu no dia 6 de janeiro de 2023 e a operação possui vencimento em 6 de fevereiro de 2023 a uma taxa de EUR + 4,00% a.a.

34.2. Novo contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Em 2 de janeiro de 2023, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao índice de preço, foi contratado um *SWAP* com troca de EUR + 4,00% a.a. para CDI + 1,44% a.a. O *SWAP* tem vigência com início em 6 de janeiro de 2023 e vencimento em 6 de fevereiro de 2023.

34.3. Nova emissão de debêntures

Em 4 de janeiro de 2023, a Companhia visando o reperfilamento de dívidas, fechou a proposta da emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 950.000. O desembolso da operação ocorreu em 11 de janeiro de 2023, a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e vencimento em 10 de janeiro de 2026.

34.4. Decisão STF – Coisa Julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.



Declaração dos Diretores da Companhia

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora Presidente

Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

Charles d' Capdeville
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado



Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce, aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Guilherme Gomes Lencastre

Presidente da Mesa e do Conselho de Administração



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará – Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2022.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta a informação, pelo representante da auditoria, sobre o relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Antônio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Fiscal

Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Conselheiro Fiscal

Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Fiscal



Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora Presidente

Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

Charles d' Capdeville
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado